

1 **Transcrição da Ata da 71ª Reunião**
2 **Ordinária do Conselho de**
3 **Desenvolvimento Territorial do**
4 **Litoral Paranaense, realizada no**
5 **dia 20 de novembro de 2017,**
6 **presidida pelo Sr. Antônio Carlos**
7 **Bonetti - Presidente, e Secretariada**
8 **pelo Sr. Alfredo Parodi - Secretário**
9 **Executivo.**

10 O Sr. Secretário Executivo:- Boa tarde, senhoras e senhores. Vamos
11 dar início 71ª reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Litoral
12 Paranaense. Peço às senhoras e senhores Conselheiros que tomem assento,
13 por gentileza.

14 Secretário Municipal de Desenvolvimento, Ricardo Aguiar, passo a
15 palavra ao cerimonial da prefeitura de Pontal do Paraná.

16 O Sr. Mestre de Cerimônia:- Boa tarde a todos. Estendemos as nossas
17 boas-vindas, em nome do prefeito Municipal de Pontal do Paraná, Marcos
18 Fioravante - Casquinha. É muito bom tê-los aqui desta feita a todos que aqui
19 vieram para mais uma reunião do COLIT - Conselho de Desenvolvimento
20 Territorial Paranaense, de suma importância para a nossa região.

21 Neste momento, passo a palavra ao Secretário do COLIT, Alfredo
22 Parodi.

23 O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado. Passo a palavra ao Secretário
24 de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do Conselho
25 Desenvolvimento do Litoral Paranaense, Antônio Carlos Bonetti.

26 O Sr. Presidente:- Senhoras e senhores, boa tarde. Gostaria de saudar
27 todos os membros do COLIT, senhoras e senhores Conselheiros, saudar os
28 senhores prefeitos aqui presentes em nome do prefeito de Pontal do Paraná,
29 Prefeito Casquinha, saudar todas as demais pessoas que estão aqui

30 participando deste importante encontro, associações, professores, lideranças
31 aqui do litoral e também de outros municípios do Estado do Paraná.

32 Tenho hoje o prazer de presidir mais uma reunião do COLIT aqui em
33 Pontal, uma reunião num local estratégico, com uma pauta importante.
34 Todos sabem que vamos tratar aqui de alguns assuntos relevantes e é
35 necessária a sobriedade, o equilíbrio, o respeito para que possamos tomar o
36 melhor encaminhamento possível.

37 Quero desejar a todos uma ótima reunião. E devolvo a palavra ao
38 Secretário Executivo Alfredo.

39 O Sr. Secretário Executivo:- A partir deste momento iniciamos a
40 apreciação e votação do Protocolo nº 14.861.187-4: Trata-se de solicitação
41 de prorrogação de cento e oitenta dias no prazo de permanência das
42 Entidades Ambientalistas: Associação Mar Brasil, Mater Natura e SPVS no
43 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense.

44 As três ONGs entraram com um ofício no COLIT solicitando tal
45 prorrogação de cento e oitenta dias. A Secretaria Executiva do COLIT
46 encaminhou este processo para a área jurídica da Secretaria Estadual de Meio
47 Ambiente e Recursos Hídricos e obteve o seguinte o parecer jurídico: (Lê)
48 Parecer Jurídico nº 780/2017/SEMA/AJ Extrato - Ressaltamos que as
49 entidades subscritoras não estão pedindo sua recondução para o período
50 seguinte, o que é expressamente vedado mas, tão somente, a prorrogação de
51 sua permanência como membro efetivo do COLIT, possibilitando
52 atendimento ao Art. 10 do Regimento Interno acima transcrito, posto que o
53 Conselho Pleno do COLIT é constituído pelo conjunto de seus membros,
54 dentre os quais, necessariamente 03 (três) entidades ambientalistas. Nesta
55 esteira de raciocínio, verifica-se possível o atendimento do pleito em análise,
56 desde que prévia e expressamente deliberado pelo Pleno, consoante disposto
57 nos Incisos IV e IX do Art. 11 do Regimento Interno. Destaca-se que, em
58 assim se procedendo, dar-se-á atendimento às normativas legais acima

59 transcritas e possibilitará que o Conselho Pleno permaneça efetivamente
60 constituído até que os demais trâmites necessários para a habilitação de
61 outras entidades sejam efetivados.

62 O Sr. Presidente:- Está aberto para discussão. (Pausa).

63 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Boa tarde,
64 Presidente, Secretário, autoridades, pontalenses e demais membros
65 presentes.

66 Se me permite, Presidente, quero fazer uma rápida introdução. É
67 minha primeira participação representando a Universidade Federal do
68 Paraná, como suplente do Professor Marcelo Renato Lamour que não pode
69 estar presente. Gostaria de solicitar três requerimentos, em que momento
70 posso expressá-los, conforme o regimento do COLIT? O primeiro, fiquei em
71 dúvida, é se a Ata da reunião anterior não é lida e aprovada. Como funciona?
72 Perdoem-me, porque é a primeira participação e tem um funcionamento um
73 pouco diferenciado, pelo o que percebi.

74 Com relação ao Protocolo nº 14.861.187-4, referente à solicitação de
75 prorrogação desse período das ONGs Mar Brasil, Mater Natura e SPVS no
76 pleno do COLIT, a minha opinião é de que é indispensável as entidades
77 ambientalistas, sem as quais estamos com um enorme prejuízo de opinião
78 crítica em prol da defesa pelas causas e objetos que essas organizações
79 trabalham e defendem, com muita competência em muitos projetos, como
80 podemos verificar ao longo da nossa trajetória. Então, gostaria de dizer que
81 sou a favor. E aproveito para fazer esse rápido questionamento, se tem
82 assuntos gerais. Ok. Me fiz claro?

83 O Sr. Presidente:- Ok. Em relação à Ata foi disponibilizada, como
84 sempre, há dias no site e os requerimentos deverão ser feitos ao final, porque
85 agora estamos tratando especificamente do item dois da pauta do dia. Ok?

86 A palavra continua livre. (Pausa).

87 O Sr. Secretário Executivo:- O Conselheiro Aliaga pretende se
88 pronunciar.

89 O Sr. Conselheiro José Carlos Alberto Espinoza Aliaga (SEPL):- Em
90 relação aquilo que estava sendo discutido aí, evidentemente quero
91 cumprimentar todos os presentes, eu não sei entendi mal, mas nas discussões
92 que tivemos sobre o Regimento Interno e mais algumas outras dúvidas, no
93 Artigo 6º diz claramente: “O mandato dos membros efetivos são por dois
94 anos e não será readmitida a condução e será considerado extinto antes do
95 seu término que ocorrer.”

96 Então, eu tenho com muita clareza, eu não sei se encaixa aquela
97 solicitação que está sendo feita porque, particularmente, como Conselheiro
98 temos que respeitar o que está disposto no documento ou simplesmente
99 colocamos o documento para fora e cada um vai fazer as propostas que
100 acharem convenientes em cada reunião. Acho que se perde um tempo
101 bastante significativo para precisamente termos um abuso comportamental
102 nessas reuniões. Na minha visão tem que ser respeitado aquilo que foi
103 acordado com antecedência. Obrigado.

104 O Sr. Presidente:- Ainda a palavra está livre. (Pausa). Como todos os
105 que tinham interesse já se manifestaram... Por favor.

106 A Sra. Conselheira Dailey Fisher (Mater Natura):- A Secretaria
107 Executiva do COLIT nos solicitou que fizéssemos esse pedido de
108 prorrogação, porque senão o Conselho Pleno ficaria com essa defasagem.
109 Deveria ter sido feito um processo eletivo para que as instituições estivessem
110 aqui representadas, três entidades. Lembramos que se as três entidades não
111 estiverem aqui representadas esta reunião, por exemplo, pode ser invalidada
112 porque, afinal de contas, é um Conselho Pleno e não podem faltar três das
113 instituições neste Conselho. Houve um parecer do jurídico da SEMA
114 dizendo que isso era possível, porque, afinal de contas, não é uma
115 recondução. Estamos apenas prorrogando o prazo de participação das

116 entidades ambientalista para que este Conselho possa funcionar neste
117 período, porque, lembrando, serão menos três e o Conselho não estará pleno.
118 Não faltar três representantes. Não houve o processo, o Presidente tem que
119 fazer esta condução, deveria ter sido feito um processo eletivo, não foi feito.
120 Enfim, nos disponibilizamos a ficar mais cento e oitenta dias para que o
121 processo possa ser feito e este Conselho possa ser pleno. E lembrando que o
122 parecer jurídico da SEMA diz ser possível permanecermos esses cento e
123 oitenta dias.

124 O Sr. Presidente:- Continua em discussão. (Pausa). Dr. Paulo Glaser.

125 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Boa tarde a todos.
126 Sobre este tema, gostaria de verificar o seguinte ponto. Embora muito bem
127 lembrado que houve um parecer jurídico, nós temos aqui uma situação de
128 texto de lei. Na verdade o decreto que aprova o Regimento Interno diz
129 justamente no seu Artigo 1º, Parágrafo 3º, que o mandato dos membros a que
130 se referem os Incisos XI a XXXII será de até dois anos não sendo admitida
131 a recondução no período seguinte. Ou seja, há uma vedação expressa à
132 recondução. De fato nos deparamos aqui com uma situação diferente, não sei
133 qual o prazo das ONGs, eu não sei se já está vencido ou se já está prestes a
134 vencer, mas eu entendo que se ele já estiver vencido o pedido não seria
135 possível, se ele estiver a vencer aí teria a possibilidade de alguma deliberação
136 neste sentido. Aí eu pediria ao Secretário que pudesse nos esclarecer esta
137 situação, eu realmente não sei. Obrigado.

138 O Sr. Secretário Executivo:- Inclusive no que a Conselheira Dailey
139 comentou a respeito do Presidente, o que foi acordado e até partiu de mim
140 uma sugestão para que as três entidades ambientalistas entrassem com uma
141 solicitação, encaminhasse um ofício à Secretaria do COLIT solicitando esta
142 prorrogação. Foi isso que ocorreu.

143 Encaminhamos ao jurídico da SEMA e a bem da verdade o jurídico
144 sugere que seja levado a votação dos Conselheiros. Então, neste caso,

145 estamos aqui exatamente exercendo o que nos foi encaminhado pelo jurídico
146 da SEMA para que se leve a votação à manutenção ou não destas entidades
147 ambientalistas.

148 O Sr. Presidente:- Ok.

149 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Bom, até onde eu
150 pude verificar aqui, nós temos outras entidades também que já venceram o
151 prazo. Então, elas também vão ser colocadas em votação hoje?

152 O Sr. Presidente:- Não está na pauta.

153 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Desculpe-me,
154 Secretário, mas é bastante confuso isso. Se existem outras entidades que o
155 prazo de dois anos também já expirou, deveriam estar aqui também passando
156 pelo mesmo processo. Certo? Isso não está correto. E, por favor, quero que
157 isso conste em Ata que existem outras entidades que também já venceu o seu
158 prazo de dois anos e não vão passar pelo mesmo processo que as entidades
159 ambientalistas presentes.

160 O Sr. Presidente:- Ok. Mas nós temos um parecer jurídico que sugere,
161 e está na pauta, colocar em votação. A decisão será do pleno. Está, com
162 certeza, sendo gravado e vai constar em Ata como você solicitou. Então, para
163 que os Conselheiros e Conselheiras tenham clareza da votação, há uma
164 sugestão da prorrogação do prazo, ou seja, da permanência das três ONGs
165 por mais cento e oitenta dias. E há uma sugestão do Conselheiro Aliaga de
166 que a gente coloque em votação, e a maioria decide a favor da permanência
167 das ONGs ou não. Isso que está claro? Alguém tem dúvida sobre isso?
168 Juliano.

169 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Eu gostaria de
170 perguntar de quem é a responsabilidade da eleição de novas entidades. O
171 término do nosso prazo, se não estou enganado, foi dia 21 de setembro, então
172 de quem seria a responsabilidade de fazer um chamamento para que as ONGs
173 se candidatassem às cadeiras que têm direito do COLIT?

174 O Sr. Secretário Executivo:- Juliano, como nós bem conversamos,
175 vocês mesmos se propuseram entrar em contato com as ONGs. Eu falei isso
176 com você. Nós dois conversamos sobre isso. Mas quero deixar claro aqui
177 uma questão, a Secretaria Executiva do COLIT e a SEMA não são contra a
178 permanência de vocês. Não sei se vocês estão tendo essa visão, nós não
179 somos contra. Então, acredito eu que possa se levar à votação e a rigor que
180 se mantenha. Ninguém é contra!

181 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Perfeito.

182 O Sr. Presidente:- Senhores e senhoras Conselheiras, eu consultei o
183 Dr. Paulo Glaser, da PGE, e a nossa sugestão, já que foi suscitada a
184 possibilidade de termos outras entidades com prazo vencido, por questão de
185 bom senso a sugestão é a permanência, a aceitação do parecer jurídico por
186 mais cento e oitenta dias. E nós, de imediato, dentro de trinta dias, estamos
187 com um calendário um pouco prejudicado por questão da proximidade do
188 final do ano, mas o quanto antes faremos a verificação, Secretário Alfredo,
189 de todas as situações e faremos um encaminhamento de acordo com o
190 regimento para que na próxima reunião do COLIT tenhamos sanada esta
191 questão. Ok? Por favor.

192 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Temos a
193 preocupação de termos a participação das ONGs, é uma previsão regimental
194 e de fato é muito importante que elas estejam presentes. Por outro lado,
195 parece-me que faz parte desta discussão também a participação de outras
196 ONGs, por isso a previsão regimental expressa de que haja uma rotatividade
197 para permitir também que eventualmente outras entidades participem. Então,
198 a sugestão que eu farei seria do acatamento do pedido para esta reunião e
199 fixando-se um prazo razoável, acho que trinta dias, como já é uma questão
200 que está bastante adiantada, seria possível o encaminhamento para as
201 substituições necessárias previstas em regimento e deliberação também em
202 relação a outros entes que, como foi apontado, podem estar com o prazo

203 vencido. Nossa preocupação é que não haja nenhum tipo de descumprimento
204 do regimento. Seria esse o encaminhamento. Obrigado.

205 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Só lembrando que
206 o Artigo 6º diz que o mandato dos membros efetivos é de dois anos. Os
207 membros efetivos são entidades ambientalistas. Nada impede que a Mater
208 Natura, a SPVS e a Mar Brasil possa se recandidatar, pegando novos
209 membros ou novos Conselheiros ou propondo novos Conselheiros. Esta é
210 uma interpretação que o artigo aqui nos dá.

211 O Sr. Presidente:- Ok. Repito, em função do calendário, a proximidade
212 das festividades de final de ano, nós encaminhamos a proposição da
213 aprovação da solicitação da permanência das ONGs até a próxima reunião.
214 Nós faremos a próxima reunião possivelmente, o mais provável nos
215 primeiros dois meses, no máximo, de 2018. Porque este mês de dezembro
216 nós teremos o número de dias úteis bastante reduzido.

217 Então, acho que ficou claro, acho que não temos mais ninguém
218 solicitando a palavra, então vamos colocar em votação. Quem for a favor do
219 requerimento, com o parecer jurídico anexo, da permanência das ONGs por
220 mais cento e oitenta dias, por favor, se manifeste erguendo o cartão de
221 votação. (Pausa).

222 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- O que o senhor
223 colocou antes não foi isso. Vocês disseram que como o restante das entidades
224 que aqui está, tem várias entidades com os seus mandatos vencidos, isso
225 precisa ser avaliado, não vai entrar em votação o nosso pedido porque senão
226 tem que entrar o de todo mundo. Não é justo.

227 O Sr. Presidente:- O que nós vinculamos é que a gente vota, estamos
228 dizendo que concordamos que poderá, como você citou, ter outras entidades
229 com a situação idêntica e que nós, para todos os casos, dentro de dois meses,
230 ou seja, na primeira reunião de 2018, estaremos trazendo para o pleno esta
231 questão solucionada.

232 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Então, nós não
233 estamos votando aquilo ali, nós não estamos votando só as três entidades,
234 que todo mundo que está neste Conselho que está irregular vai ter...

235 O Sr. Presidente:- Ok. Está bem claro e está sendo gravado e será
236 constado em Ata. Ok. Então, quem for favorável à permanência da maneira
237 como foi exposta até então, por favor, manifeste-se, erguendo o cartão de
238 votação. A questão exposta é a aprovação da permanência das ONGs até a
239 próxima reunião, sanando inclusive a possibilidade de outras entidades
240 serem substituídas.

241 O Sr. Secretário Executivo:- Pedimos às ONGs, já que o Salgado tem
242 se manifestado para vocês levantarem os cartões, por gentileza, o Salgado
243 está ali pedindo com bastante intensidade para que os senhores se levantem.

244 O Sr. Presidente:- Juliano.

245 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Só por uma questão de
246 ética, a gente vota algo que é do nosso interesse, acho que seria o mais
247 adequado a gente se abster.

248 O Sr. Presidente:- Esse é um critério de cada um. Ok. (Pausa).
249 APROVADO. Obrigado.

250 Nós vencemos o primeiro item da pauta. Encaminhamos para o
251 segundo, vamos fazer inversão da pauta, vamos colocar em leitura e análise
252 o item número quatro por se tratar possivelmente do item mais polêmico
253 desta reunião. Então, por favor, fazendo a inversão de pauta, solicito que
254 você faça a leitura do número do Protocolo 12.142.516-05.

255 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 12.142.516-5: Trata-se
256 de requerimento de licenciamento ambiental na modalidade de Licença
257 Prévia para implantação de obras de infraestrutura, denominada Faixa de
258 Infraestrutura, que compreende um conjunto de obras lineares (rodovia,
259 ferrovia, canal de macrodragagem, dutos de dragagem, rede de transmissão
260 de energia elétrica e gasoduto), compreendida entre a PR 407 e o Balneário

261 de Pontal do Sul, paralela à PR 412, com extensão aproximada de 24 km no
262 município de Pontal do Paraná. Devido ao porte do empreendimento e
263 impactos ambientais decorrentes da implantação do mesmo, foram
264 realizadas duas audiências públicas e apresentado o Estudo de Impacto
265 Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, o qual foi
266 analisado por equipe técnica multidisciplinar composta por técnicos do IAP,
267 ITCG, AGUASPARANÁ e SEMA. Após vários documentos e informações
268 complementares anexadas ao procedimento, a equipe que analisou
269 detalhadamente o EIA/RIMA emitiu o Parecer Técnico, se manifestando
270 favorável à emissão da Licença Prévia, elencando os condicionantes do
271 licenciamento para as obras da rodovia, do canal de macrodragagem e da
272 linha de transmissão de energia elétrica, bem como do compartilhamento da
273 área destinada ao canal de macrodragagem com tubulações da SANEPAR.
274 Face ao exposto e tomando como base que o EIA/RIMA foi devidamente
275 analisado por equipe técnica multidisciplinar, que fez suas considerações e
276 emitiu parecer técnico favorável, considerando a importância estratégica das
277 obras para a região, de acordo com as atribuições do COLIT entendemos que
278 o presente procedimento apresenta condições de ser encaminhado ao Pleno
279 do Conselho para avaliação e deliberação sobre a anuência necessária,
280 conforme Art. 2º, Inciso V, do Decreto Estadual 7.948/2017.

281 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Por favor.

282 A Sra. Conselheira Elenise Sipinski (SPVS):- Visto que o próprio
283 Parecer Técnico n.º 44, da Comissão Técnica Multidisciplinar do IAP,
284 questionou o EIA/RIMA e colocou que está faltando várias informações
285 relativos aos impactos sinérgicos dos modais, vou pedir vista deste processo.

286 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Inclusive,
287 Secretário, tenho aqui uma justificativa. Ok. Obrigada.

288 O Sr. Presidente:- Por favor, protocolar na Secretaria, na sequência.
289 Continua em discussão. (Pausa). Juliano.

290 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Dentro da faixa de
291 infraestrutura compõe ferrovia, gasoduto, linha de transmissão e rodovia. A
292 LP é para a faixa, ou seja, se o COLIT dá uma anuência hoje, o COLIT está
293 dizendo que pode ser implantado tudo isso: ferrovia, linha de transmissão e
294 gasoduto. No entanto, não foi apresentado o estudo de ferrovia, linha de
295 transmissão e gasoduto, não possibilitando uma análise do impacto
296 sinérgico. Eu quero entender como pode ser dada uma Licença Prévia para
297 uma faixa que contenha tudo isso, sendo que os estudos não contemplam
298 todos os modais.

299 O Sr. Presidente:- Ana Cecília, por favor.

300 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- O parecer para o
301 licenciamento restringiu a faixa aos componentes de rodovia, canal, linha de
302 transmissão e os dutos de saneamento, excluindo nesse primeiro momento,
303 a ferrovia e o gasoduto.

304 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Ok., Ana Cecília. Mas
305 gostaria que fosse colocado ali na tela o processo que a gente está votando,
306 o que está na convocação, para que possamos ler e ver o que está sendo
307 votado hoje, se de fato está sendo excluída linha de transmissão...

308 O Sr. Presidente:- Juliano, a partir do pedido de vista nós não
309 votaremos hoje esta matéria.

310 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Mas é para entender,
311 Secretário.

312 O Sr. Presidente:- Ok.

313 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Mas é para que todos
314 possam entender o que seria então votado.

315 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- A solicitação prevê
316 todos os componentes. É discricionário ao IAP restringir os componentes e
317 foi o que aconteceu, excluindo, neste primeiro momento, gasoduto e a
318 ferrovia.

319 O Sr. Presidente:- Por favor.

320 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Eu fiz a análise do
321 estudo de impacto ambiental, a linha de transmissão também não é
322 contemplada. Não foi feito um estudo para a passagem da linha de
323 transmissão. O estudo abrange apenas o canal e a rodovia. A linha de
324 transmissão não é abrangida. Então, é importante que as pessoas saibam
325 disso também.

326 O Sr. Presidente:- Como eu iniciei a explicação, senhoras e senhores
327 Conselheiros, como há um pedido de vista que será protocolado de acordo
328 com o Regimento Interno, nós temos que conceder o pedido de vista. A
329 Conselheira que solicitou o pedido de vista terá quinze dias corridos para
330 apresentar a justificativa por escrito e teremos mais quinze dias réplica e mais
331 quinze para tréplica. Então, neste caso, nós encerramos o debate sobre este
332 assunto por se tratar do cumprimento do Regimento Interno do COLIT. Ok?

333 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- O Mater Natura
334 acompanha o pedido de vista da SPVS.

335 O Sr. Presidente:- Ok.

336 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- A Mar Brasil também
337 acompanha.

338 O Sr. Presidente:- Ok.

339 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Presidente,
340 a universidade também tem 'n' considerações acerca do assunto e
341 acompanha também o pedido de vista. Só uma dúvida, esse período de
342 réplica, de tréplica, isso culmina em que veredicto? Qual o final? É na
343 próxima reunião?

344 O Sr. Presidente:- Como?

345 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Vai ter
346 quinze dias, mais quinze e mais quinze.

347 O Sr. Presidente:- São quinze dias para a solicitante, quinze dias para
348 o órgão ambiental, no caso o IAP, e mais quinze dias para a Secretaria
349 Executiva e a Presidência do COLIT.

350 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- E o desfecho
351 do encaminhamento após os quarenta e cinco dias fica sendo...

352 O Sr. Presidente:- Todos os casos até...

353 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Após
354 encerrado esse processo de réplica e tréplica, encerra de que maneira?
355 Desculpa, é minha primeira reunião, como eu falei.

356 O Sr. Presidente:- Aí vamos marcar uma nova reunião.

357 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Uma nova
358 reunião extraordinária. Ok. Perfeito.

359 O Sr. Presidente:- Dando sequência, solicito ao Secretário Executivo
360 que leia o segundo item da pauta, Protocolo nº 13.673.014-2.

361 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.673.014-2: Trata-se
362 de requerimento de licenciamento ambiental, modalidade Autorização
363 Ambiental, para limpeza e retirada de sedimentos do leito do Rio Santa Cruz
364 no município de Paranaguá. As intervenções são necessárias visando a
365 melhoria da operação do sistema de captação de água localizado no Rio
366 Ribeirão/Manancial Ribeirão, que abastece a cidade de Paranaguá. Serão
367 retirados sedimentos de origem mineral (areia e argila) e vegetal (folhas e
368 galhos) em parte do leito do Rio Santa Cruz até a captação - ETA, numa
369 extensão de 400m, com retirada de aproximadamente 1.390 metros cúbicos
370 de material. Segundo informações apresentadas no procedimento de
371 licenciamento, há necessidade de desassoreamento periódico no local,
372 principalmente depois dos eventos climáticos extremos ocorridos em 2011
373 no litoral, em função de processos erosivos, instabilidade dos solos e
374 carreamento de material ao longo dos corpos hídricos, que se acumulam e
375 provocam problemas na captação. A deposição de material se encontra muito

376 próxima da tomada de água da captação, o que poderá causar interrupção da
377 operação da ETA e o conseqüente desabastecimento de água à população de
378 Paranaguá. Tendo em vista a situação preocupante, o Conselho Municipal de
379 Meio Ambiente do Município de Paranaguá encaminhou ao IAP o ofício
380 informando a gravidade da situação e a preocupação com o possível
381 desabastecimento, solicitando urgência na análise do licenciamento. Entre
382 outros documentos foi apresentada a Portaria de Outorga, emitida pelo
383 Instituto das Águas do Paraná e Plano de Limpeza, elaborado por
384 profissional habilitado, onde constam informações sobre o estudo
385 hidrográfico e batimetria realizada no local, destinação do material a ser
386 retirado, equipamento a ser utilizado na operação de limpeza e cronograma
387 de execução. A documentação apresentada foi avaliada e o local vistoriado
388 por técnicos da Câmara Técnica Multidisciplinar do IAP, que emitiram o
389 Parecer Técnico favorável à emissão da licença, elencando os
390 condicionantes. Tomando como base que o procedimento de licenciamento
391 ambiental foi analisado, o local foi vistoriado e a documentação apresentada
392 foi considerada suficiente por parte do órgão licenciador, que emitiu parecer
393 técnico favorável, pela necessidade e importância da intervenção, avaliando
394 sob o ponto de vista estratégico e de acordo com as atribuições do COLIT,
395 entendemos que o presente tem condições de encaminhamento ao Pleno do
396 Conselho, para avaliação e deliberação sobre a anuência necessária,
397 conforme Art. 2º, Inciso V, do Decreto Estadual 7.948/2017.

398 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Por favor.

399 O Sr. Conselheiro José Carlos Salgado (SindiSeab):- Só gostaria de
400 um esclarecimento sobre uma condicionante que tem aqui: “deverá ser
401 destinado para aterro sanitário.”

402 O Sr. Presidente:- Qual é a dúvida?

403 O Sr. Conselheiro José Carlos Salgado (SindiSeab):- Já que esse
404 material dragado é areia, vai dificultar, vai onerar muito. Não sei para qual

405 aterro vai ser destinado, mas a vida útil do aterro vai ser... Então, você draga
406 areia e manda jogar areia em um aterro sanitário...

407 O Sr. Presidente:- Solicito ao Sr. Prefeito, ou se tem alguém da Cabe
408 ou mesmo o Secretário do Meio Ambiente de Paranaguá, se pudesse sanar
409 esta dúvida.

410 O Sr. Conselheiro Marcelo Elias Roque (Prefeito de Paranaguá):- Boa
411 tarde. Na realidade é uma situação muito difícil para a cidade de Paranaguá,
412 estamos à beira de não ter o abastecimento de água, mas esta questão aqui
413 não estou muito ao par, mas vai para um aterro particular e não para o do
414 município de Paranaguá, até porque o município não tem aterro, não tem
415 lixão, só destina a um aterro particular.

416 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado, Presidente. Senhoras e senhores
417 Conselheiros, se ninguém mais tem dúvida vou colocar em votação. O que
418 vamos votar agora é a aprovação ou a anuência do *ad referendum* assinado
419 por mim há dias.

420 Então, quem for favorável à licença *ad referendum*, assinado pelo
421 Presidente do COLIT, dias atrás, por favor, manifeste-se erguendo o cartão
422 de votação.

423 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Secretário,
424 desculpe, nós estamos falando da dragagem do terminal da Ponta do Félix,
425 certo?

426 O Sr. Presidente:- Não.

427 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Ah tá, é que está
428 lá.

429 O Sr. Presidente:- Nós estamos discutindo, e agora vamos para a
430 votação do item número dois da pauta, *ad referendum*, autorização feita pelo
431 Presidente do COLIT dias atrás para a dragagem de um córrego para que a
432 CAB possa fazer os encaminhamentos necessários de dragagem para a
433 captação de água em Paranaguá. Então, quem for favorável, por favor,

434 manifeste-se erguendo a cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com 24
435 (vinte e quatro) favoráveis.

436 Dando sequência, item 3: Protocolo nº 14.832.909-5.

437 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.832.909-5: Trata-se
438 de encaminhamento feito ao Presidente do COLIT em reunião realizada em
439 18/10/2017, no Gabinete da SEMA, no qual o Sr. Prefeito de Antonina,
440 acompanhado de representantes dos trabalhadores portuários e estivadores
441 de Antonina relataram a situação de emergencialidade ocorrida pela
442 paralisação das atividades portuárias da cidade pela espera na dragagem dos
443 berços de atracação.

444 Eu vou ler um resumo do parecer jurídico da PGE, porque o parecer
445 jurídico está disponível, porém é um tanto quanto extenso.

446 Ao final do parecer jurídico da PGE, consta: (Lê) A proximidade da
447 reunião do COLIT, agendada para o próximo dia 20 de novembro, não afasta
448 a necessidade de apreciação *ad referendum*, posto que o procedimento
449 levado ao pleno pode não ser efetivamente deliberado, caso haja pedido de
450 vista, tal qual autoriza o regimento em seu Artigo 39. Especificamente neste
451 caso, outra reunião do COLIT não ocorreria em prazo inferior a vinte e cinco
452 dias o que, por si só, seria suficiente para conduzir a situação no município
453 de Antonina aos caos econômico e social. Portanto, preenchidos todos os
454 requisitos legais para fim de emissão de autorização ambiental, a nosso ver,
455 inexistente qualquer impedimento legal que em tese limite a aprovação *ad*
456 *referendum* pela Presidência do COLIT na forma do Inciso VIII, do Artigo
457 2º, do Decreto Estadual 7.948/2017. Aprovado o requerimento na
458 modalidade *ad referendum* e emitido autorização ambiental, deve o
459 procedimento ser inserido na pauta da primeira reunião subsequente para
460 apreciação, Regimento Interno, Artigo 14, 11º. É a informação. Curitiba, 06
461 de novembro de 2017. Paulo Roberto Glaser - Procurador do Estado do
462 Paraná.

463 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Prefeito de Antonina.

464 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):-
465 Como já foi narrado, nós fomos procurados por segmentos importantes da
466 comunidade antoninense, principalmente os trabalhadores portuários que
467 estão aqui representados pelo Presidente do Sindicato dos Estivadores, Luiz
468 Antônio, o Genei - Presidente dos Arrumadores, o Sr. Batista, o pessoal dos
469 caminhões, o André também está aí também, o Carlinhos. Bem o pleito de
470 Antonina é pela manutenção da atividade portuária. O porto é da cidade, o
471 porto é um serviço público. Hoje existe um concessionário do serviço, mas
472 esse concessionário já mudou algumas vezes.

473 Então, o prefeito, representante legítimo do povo, eleito, tem por
474 obrigação cuidar dos interesses da comunidade que representa. E não poderia
475 ser diferente. Nós nos somamos aos trabalhadores e tomamos à frente desta
476 luta, a luta pela vida. Emprego são vidas. Não estamos falando de um porto
477 a ser aberto, nós estamos falando de um porto que funciona normalmente já
478 há alguns anos. Então, é algo totalmente razoável. Não podemos imaginar
479 que toda uma comunidade, uma cidade que tem aproximadamente vinte mil
480 habitantes e que em três dias se mobilizou coletando mais de quatro mil
481 assinaturas em três dias. Então, por aí, os senhores e as senhoras calculem a
482 inquietação que tomou conta do nosso município. Então, a nossa luta foi pela
483 empregabilidade, a nossa luta foi pela vida, pelo emprego. E espero com isso
484 sensibilizar esse pleno a confirmar o *ad referendum* feito a partir dos
485 dispositivos legais. Muito obrigado. (Palmas).

486 O Sr. Presidente:- Obrigado, Prefeito. Por favor.

487 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Algumas
488 considerações. O assoreamento da Baía de Antonina na verdade é um
489 problema crônico. Não houve nenhum evento extremo ou calamitoso que
490 justifique um significativo aporte de sedimento neste momento para a baía,
491 não caracterizando assim nenhuma situação de emergência e nem de

492 calamidade. Eu me confundi aquela hora, eu estava procurando aqui porque
493 o Regimento Interno diz que ‘emergência e calamidade’ é só com decreto da
494 Defesa Civil. Então, eu estava justamente procurando este artigo aqui que
495 diz isso. Então, não tem um decreto da Defesa Civil decretando emergência
496 ou calamidade e o decreto de utilidade pública, caso fôssemos partir para
497 isso, eu vi que tem um decreto municipal de utilidade pública. Ele é para a
498 área marinha estuarina. Então, na verdade é competência da União, não é
499 competência do município decretar utilidade pública para um processo de
500 dragagem. Neste sentido, com esta justificativa, o encaminhamento desta
501 decisão *ad referendum* é inválido, porque não atende o que o nosso
502 Regimento Interno coloca.

503 O Sr. Presidente:- Por favor.

504 O Sr. Conselheiro Alan Yukio Mocochini (ICMBio):- Nós
505 recebemos o ofício do IAP comunicando, dando ciência da emissão da
506 autorização ambiental na semana passada. Nós fizemos as análises e
507 informamos que este processo de licenciamento deveria ter sido submetido
508 ao ICMBio, uma vez que a atividade será desenvolvida no interior da APA
509 de Guaraqueçaba, uma área sensível, uma área estuarina. A gente entendeu
510 que o IAP se baseou no Artigo 5º da Resolução Conama 428/2010. No
511 entanto já existe um entendimento da legislação que o Artigo 5º se refere à
512 unidade que se dá fora da unidade de conservação. Ou seja, este
513 licenciamento dentro da unidade de conservação, afetando o objeto da APA
514 de Guaraqueçaba, deve passar por um processo de autorização de
515 licenciamento. Então o ICMBio está tomando as providências
516 administrativas cabíveis para requisitar ao IAP que submeta este processo à
517 anuência do ICMBio.

518 O Sr. Presidente:- Por favor, Dividino.

519 O Sr. Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino (APPA):- Eu gosto
520 sempre de lembrar que neste fórum são deliberadas as decisões estratégicas

521 somente do âmbito do licenciamento ambiental, sem dúvida nenhuma,
522 bastante importante.

523 Antes de colocar a minha fala, queria colocar para os senhores, para
524 quem não tem conhecimento, que os Portos de Paranaguá e Antonina, há
525 menos de dez dias, foram eleitos pela Agência Nacional de Transporte
526 Aquaviário como primeiro em atendimento e desempenho ou índice de
527 desempenho ambiental do país. Quero também só frisar que não somos
528 comparados com os portos públicos somente. Estamos dez pontos acima da
529 melhor nota de desempenho dos terminais privados do país. Isso nos coloca
530 em posição de destaque inclusive na América Latina.

531 Só estou colocando isso para tentar criar o ambiente que vou colocar
532 aqui. Então, o ambiente nos Portos de Paranaguá e Antonina é o seguinte:
533 nós atendemos rigorosamente tudo o que é exigido e que é devido, na área
534 ambiental. Quero dizer: rigorosamente! A nossa nota é 99.58, por isso que
535 estamos dez pontos acima do melhor do Brasil. Então, queria entrar neste
536 assunto para trazer o cenário de que aqui ninguém quer fazer nada que não
537 atenda, repito, rigorosamente os aspectos ambientais.

538 O caso em questão é um terminal privado, obviamente estou aqui
539 defendendo os efeitos do que está acontecendo aqui, na condição de gestor
540 da área portuária. O que está acontecendo aqui? Eu acho que todos nós temos
541 a sensibilidade de que as empresas privadas lutam anos e as vezes décadas
542 para manterem contratos comerciais. Quando esses contratos são feitos no
543 Brasil, em tese, somente em tese, tem um viés mais simplista, porque nós
544 estamos falando a mesma língua. Talvez a gente pegue o carro e vá para
545 Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e as coisas vão acontecer.
546 Quando se fala da área portuária normalmente esses contratos são celebrados
547 além-mar, do outro lado do mundo com uma série de complicadores. O que
548 está acontecendo hoje com a falta de operação do terminal hoje não é
549 somente... Eu diria que o mais grave foi o que o Prefeito José Paulo colocou,

550 está devastando a economia de uma cidade. Já, já não vamos precisar ter
551 Nordeste, falar que no Nordeste se passa fome, vai se passar fome aqui do
552 lado. Vai acontecer aqui do lado. Quero colocar isso para todos, e vou tentar
553 de uma forma mais simplista mostrar que isso está acontecendo.

554 Vamos lá. Quando a gente rompe esses contratos comerciais, quando
555 a gente não atende um navio, e aqui quero colocar, se o terminal pediu a
556 licença atrasada ou não, nós não estamos aqui para discutir isso. O que está
557 acontecendo é o seguinte: os contratos estão sendo rompidos, essas cargas
558 estão indo para outros portos e quero dizer que não é o Porto de Paranaguá.
559 Quando a gente faz um rompimento de um contrato na área portuária, quando
560 alguém manda uma carga de lá para cá, todos os documentos dizem o quê?
561 Quando a gente emite uma nota fiscal ela tem um começo, uma origem e um
562 destino. Quando se tem que mudar isso, tem que se começar a reprocessar os
563 pedidos dos contratos lá, desde a origem. Tem que ligar para o tal do Russo
564 e dizer: “Pegue todos os papeis, os *beyblades*, os manifestos, muda tudo
565 porque este porto não vai atender esta carga!” Então, ele gera um processo e
566 falta de credibilidade, falta de continuidade na operação.

567 Mas vamos dizer o que acontece aqui na cidade de Antonina. Quando
568 o terminal para, pessoal, para quem trabalha no porto, quero colocar, a menor
569 parte é funcionário do terminal, a maior parte são trabalhadores, portuários
570 avulsos que não é diferente de Paranaguá. Só para a gente ter uma ideia,
571 Paranaguá tem uma referência. Trabalham na comunidade portuária hoje dez
572 mil pessoas. Funcionários da APPA, só para citar um exemplo, têm
573 quatrocentos. Então, hoje, o que está acontecendo em Antonina não é o que
574 o funcionário do terminal vai deixar de receber, talvez vá, mas os demais,
575 senhores, o trabalhador portuário avulso, gosto sempre de colocar que é o
576 mais bravo no sentido de que seja talvez um dos trabalhos mais difíceis e o
577 que tem menos garantias. Trabalhar, o estivador, ganha pelo dia do trabalho,
578 pela diária. Quando um sistema desses para ele imediatamente para de

579 receber no dia seguinte. Ele não tem Fundo de Garantia, ele não tem um
580 saldo, ele tem as reservas que ele fez e é assim em todo o lugar do mundo. É
581 o trabalho mais democrático que se tem, quando tem trabalho trabalha,
582 quando não tem não trabalha.

583 Mas qual o efeito disso em uma economia pequena? É devastador! Ele
584 para de pagar no dia seguinte o supermercado, para de pagar a escola. O
585 efeito é imediato. Ele não demora sessenta dias, noventa dias, como é o
586 tempo para se emitir um documento, por exemplo. Tem que se ter muita
587 clareza para entender o que estamos falando aqui hoje.

588 Quando a gente fala do pessoal dos transportadores, é um pouquinho
589 até pior. Eu não conheço transportador que no final do mês não tenha conta
590 para pagar, se tiver algum aqui que diga, mas ele está pagando a prestação
591 ou do caminhão ou dos pneus ou da conta do combustível no final do mês.

592 Para encerrar, Presidente, e não tomar mais tempo, eu quero colocar o
593 seguinte: a cada momento que a gente retarda uma decisão dessa, nós vamos
594 ver gente lá passando muito mal. Então, desculpe-me em me alongar demais,
595 Presidente, quero colocar a posição que de fato é. É violento o que está
596 acontecendo. (Palmas).

597 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. Aliaga.

598 O Sr. Conselheiro José Carlos Alberto Espinoza Aliaga (SEPL):- Não
599 sei se com grande surpresa, desculpem talvez pela minha ignorância, apesar
600 de lidar quarenta e cinco anos na área de meio ambiente do Estado do Paraná,
601 quando nós tentamos trabalhar sustentabilidade propomos que existisse um
602 equilíbrio entre o social, o ambiental e o econômico, reza a cartilha que está
603 mais surrada. E muitas vezes ainda estamos olhando se é privado ou se é
604 público. O que eu queria dizer é o seguinte: fica muito difícil para eu explicar
605 para um pai de família que tem que levar pão para a sua casa, e ele não poder
606 levar este pão porque simplesmente existem algumas deliberações que não
607 permitem que ele faça aquilo que tem que fazer. (Palmas). Me surpreende

608 muito estar em questão de estado de calamidade que tem que ter decreto ou
609 não. A fome não tem decreto, senhor. Você tem que dar as condições para se
610 ter qualidade de vida, gerar emprego e renda que possibilite a família
611 sobreviver. Como vou me opor a algumas questões relacionadas, de certa
612 forma, “atrapalhar”, entre aspas, o aspecto econômico e na área social. Onde
613 está o ser humano? Olha, não sei se ouvi mal, acho que foi o prefeito que
614 falou, foram quatro mil assinaturas em três dias. Isso é altamente
615 significativo e me desculpem, Sr. Presidente do Conselho, eu posso ser até
616 um pouco matuto, mas acontece que eu privilegio o ser humano antes de
617 tudo. Eu sei que temos embates que temos que sanar na área ambiental, na
618 área econômica, mas a econômica anda de mãos dadas com a social. Agora,
619 pergunto, como justifico isso cada vez que eu leio me marca terrivelmente,
620 quando veio os municípios que constam da lista do COLIT, com o produto
621 interno bruto relativamente baixo e o resto, meu amigo, mal e mal consegue
622 ter um salário mínimo. Será que, com toda a autoridade que eu possa ter neste
623 Conselho ou de dar sugestões, dá-me a liberdade de condenar um ser humano
624 à fome?! Tenha a santa paciência! (Palmas).

625 Só para terminar, eu sou ambientalista até embaixo da água e ninguém
626 tira isso da minha formação, ora, mas antes de ser ambientalista devo
627 preservar algumas questões que são realmente importantes, gostaria que
628 fosse preservada a vida humana antes de tudo. Obrigado. (Palmas).

629 O Sr. Presidente:- Obrigado, Aliaga. Ana, por favor.

630 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- A respeito da fala do
631 ICMBio, o nosso entendimento é diferente, mas com certeza
632 recepcionaremos a solicitação do ICMBio e, se for o caso, faremos contato
633 com o ICMBio em nível nacional porque o nosso entendimento desta matéria
634 com relação à aplicação do Conama é que o procedimento que o IAP adotou
635 está correto.

636 O Sr. Presidente:- Universidade Federal do Paraná, por favor.

637 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Não
638 discordo dos discursos inflamados cheios ênfase inclinados em questões
639 sociais. Concordo com o Dividino e também com o Secretário, só acho que
640 temos que chamar a atenção para as atribuições deste Conselho, para que ele
641 não se perca e elas são claras no regimento, muito embora não tão claras em
642 suas práticas.

643 E aí a gente tem as atribuições do COLIT, a lei é muito clara que não
644 é somente, Dividino, dar anuência e licenciamento ambiental. Este Conselho,
645 com mais de trinta anos, também tem a responsabilidade de planejar, de
646 prever, de fomentar políticas públicas, colaborar, cooperar com os
647 municípios com os diferentes órgãos. E ele está alocado na Secretaria de
648 Estado de Meio Ambiente, ele é um órgão do SISNAMA - Sistema Nacional
649 de Meio Ambiente. Existem leis ambientais para que o meio ambiente não
650 vire uma vala comum para conversas que também escapem e que não ajudem
651 alguns encaminhamentos de decisões técnicas.

652 Mais uma vez não discordo de modo algum das preocupações sociais,
653 nós temos que pensar nelas, lembrando também que o desenvolvimento
654 possui diferentes alternativas hoje em dia. O mundo inteiro está discutindo
655 formas alternativas de desenvolvimento. Não vamos ficar presos no século
656 passado, porque a gente já conhece muitos modelos no litoral brasileiro, e a
657 gente é um litoral, são regiões frágeis, de bastante acúmulo de problemas,
658 com alguns equívocos em investimentos e ausência de política pública.

659 Então, nós temos leis federais a serem seguidas por este, por esta
660 Secretaria, e gostaria que não fugíssemos muito, senão a gente realmente
661 perde o propósito da própria reunião, que tem todo um propósito com o
662 enquadramento temático e legislativo.

663 O Sr. Presidente:- Antes de passar a palavra, apenas duas observações
664 como Presidente do COLIT e como Secretário de Estado de Meio Ambiente.
665 Primeiro, no aspecto da decisão *ad referendum*, pode ter convicção que

666 analiso essencialmente o parecer jurídico. Faço uma avaliação, antes da
667 questão social e econômica, faço a avaliação de uma análise jurídica e, na
668 sequência, levo em consideração aquilo que já foi dito pelos meus
669 antecessores, em relação à questão social e ambiental. Dizer que o COLIT
670 está inclusive discutindo com a Amlipa exatamente um projeto que em breve
671 será lançado para discutir profundamente o desenvolvimento regional
672 integrado do litoral do Paraná, no tripé econômico, social e ambiental.
673 Obrigado.

674 Por favor, Daylei.

675 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Dividino, muitos
676 dos processos que chegam até nós aqui, com este caráter de
677 emergencialidade, ou são problemas que o Estado tem para cumprir com suas
678 obrigações em relação aos processos de licenciamento por 'n' questões, o IAP
679 hoje tem um corpo técnicos muito pequeno. São várias as questões que todo
680 o mundo sabe que são problemas do Estado e muitos são problemas de
681 gestão. Falta de planejamento de quem está à frente desse sistema. Uma
682 gestão adequada e eficiente e um planejamento não vão deixar que uma baía
683 completamente assoreada crônica, que já não deveria nem ter um porto ali,
684 por toda uma condição. É uma baía que recebe carreamento de sedimento de
685 toda a serra que está ali em volta. É uma situação crônica. Ela não é
686 emergencial, é crônica.

687 Então, essa falta de gestão muitas vezes contraria o bom senso,
688 contraria o conhecimento técnico e o conhecimento científico. E aí nós
689 somos responsabilizados muitas vezes enquanto Conselheiros, por falta de
690 gestão destas entidades, desses órgãos de Governo. E isso não é justo. Eu sei
691 que as pessoas aqui que vêm, se manifestam, ficam inflamadas, mas a gente
692 tem que analisar sob este ponto de vista. Com planejamento, com uma gestão
693 adequada, muitas questões que a gente discute aqui não estariam sendo
694 discutindo e não seriam emergenciais. Então, a responsabilidade é dos

695 gestores sim, nós não podemos atropelar processos, passar por cima de
696 normas, de leis.

697 E falando em questões sociais, os pescadores do Paraná sofrem hoje e
698 sofrem muito, por quê? Porque não existem mais peixes nas nossas baias.
699 Então, se a gente está falando de questão social e a dragagem afeta
700 diretamente a pesca, então vamos falar dos pescadores e não só nos
701 trabalhadores portuários. A gente tem toda uma cadeia de profissionais que
702 são afetados e que a gente considera alguns e desconsidera outros.

703 Cabe à gestão municipal, cabe ao Estado fazer com que a sua
704 população não dependa apenas de uma atividade. Por que a população de
705 Antonina é dependente quase que 100%, pelo o que falam aí, da atividade
706 portuária? Cabe à gestão municipal essa diversificação de atividade, e se há
707 essa diversificação, incentivar que isso aconteça. Não só a municipal mas ao
708 Estado também. Antonina tem potencialidades econômicas que não são
709 exploradas, que podem gerar renda e parar de depender de uma única
710 atividade.

711 Então, é só para a gente nivelar um pouco esta discussão, porque
712 muitas vezes a gente faça nesse impasse em relação ao desenvolvimento,
713 mas como muito bem colocou o Daniel existem diferentes formas de
714 desenvolvimento e a gente precisa incentivá-lo.

715 O Sr. Presidente:- Ok. Nós consideramos que o debate já foi o
716 necessário, então vamos colocar em votação.

717 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Secretário, só uma
718 coisa, eu coloquei no começo da reunião que esse *ad referendum* não é
719 válido. Eu quero saber o posicionamento da Projur, porque não é emergência,
720 não está seguindo o nosso Regimento Interno. Ele não pode ir para votação.

721 O Sr. Presidente:- Ok. O Dr. Paulo vai explicar

722 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Boa tarde a todos.
723 Fui eu o subscritor do parecer que lastreou a decisão *ad referendum* do

724 Secretário. Quero confirmar aqui publicamente todas as palavras que estão
725 contidas no parecer e assegurar a todos os presentes que o regimento está
726 sendo cumprido. Eu respeito muito o posicionamento divergente, mas não
727 vou entrar aqui em uma discussão jurídica com quem não é da área jurídica,
728 mas nossa posição está confirmada e o encaminhamento seria pela
729 continuidade do procedimento.

730 O Sr. Presidente:- Com a palavra, Prefeito de Antonina.

731 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):- Só
732 uma última consideração. Primeiro, o município de Antonina tem buscado
733 alternativas sim no que diz respeito à criação de emprego e geração de renda.
734 O município não está fazendo opção de ficar só com o porto. Talvez sejamos
735 pessoas simples e por isso às vezes até menosprezados, mas não somos tão
736 pouco inteligentes assim. Também existem pessoas inteligentes em Antonina
737 e temos essa sensibilidade, mas parafraseando um velho ditado: “Não
738 podemos colocar os ovos em um só cesto!”

739 Agora, o pescador tem que pescar, mas ele tem que vender o peixe
740 para alguém. Ou será que nós antoninenses não podemos ter o dinheiro para
741 comprar o peixe, ou não temos ter o pedigree suficiente para viver em
742 Antonina? Nós, por absoluta dificuldade financeira, vamos ter que ver os
743 nossos filhos saírem de Antonina e morar na periferia das grandes cidades?
744 E a nossa bonita cidade conservada, patrimônio histórico e cultural nacional
745 que tanto nos orgulha, área de proteção ambiental de natureza maravilhosa
746 que também nos orgulha, mas nós não vamos poder ficar morando lá, nossos
747 filhos não poderão ficar lá, não é? Então, até que haja essa transição, haja a
748 possibilidade de outros nichos de atividade econômica, o povo não pode
749 perecer. Precisamos ter essa sensibilidade e não podemos ser arrogantes a
750 ponto de afirmar que Antonina não pode ser porto. Ninguém pode falar isso.
751 O porto de Antonina tem cem anos. Como eu iniciei, nós não estamos
752 pedindo para dragar para abrir um porto, nós estamos falando de um porto

753 que estava funcionando normalmente. Calamidade não é só calamidade
754 natural. As pessoas passando dificuldade também é calamidade.

755 Então, é isso. Vamos manter um pouquinho mais de respeito por
756 Antonina e pela vida do antoninense. (Palmas).

757 O Sr. Presidente:- Por favor.

758 O Sr. Conselheiro Edmir Manoel Ferreira (Presidente da Federação
759 dos Pescadores do Paraná):- Duas pessoas falaram sobre o pescador, e eu,
760 como Presidente da Federação, ficar calado acho que não é justo. Acho que
761 os pescadores represento eu há muitos anos. E quero dizer aos senhores que
762 nós diretores de colônia, federação, estamos procurando alternativas.
763 Sabemos que diminuíram as espécies, então estamos trabalhando para
764 repovoar as baías do litoral através do Governo do Estado, do porto, da Itaipu
765 Binacional e não só por aqui, é no Rio Paraná também. (Palmas).

766 E nós sabemos do sofrimento dos estivadores, dos nossos pescadores
767 e estamos juntos com vocês na luta. (Palmas).

768 O Sr. Presidente:- Você pediu a palavra e quero dizer que cabe a mim
769 a decisão neste momento e em função de ser amplamente avaliado, como eu
770 já disse, em parecer jurídico e não somente da PGE, e parecer jurídico do
771 próprio IAP e também da SEMA, nós decidimos, analisando todos os demais
772 aspectos já discutidos.

773 Então, vamos colocar em votação o *ad referendum*...

774 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Presidente, só uma
775 colocação. O nosso Estatuto prevê que a gente pode pedir vista dos processos
776 inclusive dos de *ad referendum*. Então, o Mater Natura tem aqui já a sua
777 justificativa e pede vista neste processo.

778 O Sr. Presidente:- Ok. De acordo com o regimento nós concedemos o
779 pedido de vista. E, já de imediato, vamos para o item cinco Protocolo nº
780 13.144.084-7.

781 Por favor, nós temos que seguir estritamente o que diz o regimento e
782 neste caso, como houve o pedido de vista, de acordo com o regimento do
783 COLIT, nós temos que conceder. Ok? Só para que fique bem claro.
784 Obrigado.

785 Alfredo, item cinco.

786 O Sr. Secretário Executivo:- Protocolo nº 13.144.084-7 - Requerente:
787 Lavanderia Estrela do Mar Ltda. Trata-se de requerimento de licenciamento
788 ambiental na modalidade Licença de Operação para lavanderia, município
789 de Pontal do Paraná. As atividades consistem na realização de lavagem de
790 tecidos utilizados no ramo de hotelaria, em especial roupas de cama, mesa,
791 banho, uniformes e roupas pessoais. Não há utilização de caldeira no
792 empreendimento, todos os equipamentos são movidos a energia elétrica,
793 utilizará água da rede pública e os efluentes líquidos passarão por pré-
794 tratamento para a destinação final. Foi apresentado o Plano de
795 Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS do empreendimento. O local foi
796 vistoriado e o procedimento foi analisado por componentes da Câmara
797 Técnica Multidisciplinar do IAP, que emitiram o Parecer Técnico nº
798 88/2017, favorável à emissão da licença, elencando os condicionantes a
799 serem atendidos. Face ao exposto, tomando como base que a documentação
800 apresentada foi analisada e julgada suficiente pelo IAP, que procedimento de
801 licenciamento ambiental foi objeto de análise, obtendo parecer favorável do
802 órgão licenciador, avaliando sob o ponto de vista estratégico e de acordo com
803 as atribuições do COLIT, entendemos que o presente procedimento
804 apresenta condições de ser submetido ao Pleno do Conselho para obtenção
805 da anuência necessária, conforme Art. 2º, Inciso V, do Decreto Estadual
806 2.415/2015 e a mais recente alteração Decreto 7948/2017.

807 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa).

808 A Sra. Conselheira Elenise Sipinski (SPVS):- Eu tenho uma dúvida
809 em relação a este processo, na verdade eu não encontro no processo, por isso

810 estou perguntando. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, por
811 conta do material exposto, muitos produtos químicos como mostra o
812 processo que será lançado, não está claro este Plano de Gerenciamento de
813 Resíduos. Pode ser que tenha, mas não encontro. É uma dúvida. Porque fala
814 do sumidouro, dá a impressão que o produto vai direto para o sumidouro ou
815 ele passa por um filtro rápido. Fiquei na dúvida, gostaria de esclarecimento
816 em relação a isso, por favor.

817 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Está sendo citado
818 inclusive no resumo que foi apresentado o plano. Logicamente o IAP nunca
819 colocaria um processo para licenciamento sem uma destinação final correta,
820 um processo assim não tem condição de ser licenciado. Mais uma vez a gente
821 volta para aquelas questões, que ainda nem todos os documentos são
822 disponibilizados, mas eu acho que a função do Conselho é estudar e verificar
823 a pertinência desses empreendimentos. Acho que poderia ser dada, de uma
824 maneira ou de outra, a possibilidade de entendimento, porque o trabalho que
825 o IAP fez efetivamente foi o de analisar os estudos para emitir um parecer
826 quanto ao licenciamento. Uma dúvida desta nunca poderia passar em um
827 processo de licenciamento do IAP. Desculpa-me o desabafo.

828 A Sra. Conselheira Elenise Sipinski (SPVS):-Olha Ana Cecília eu
829 como Conselheira eu acho que eu tenho a liberdade de perguntar. Não quis
830 ofender.

831 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Concordo
832 plenamente contigo. Eu também não quero te ofender, mas já está colocado
833 que foi apresentado o Plano de Gerenciamento de Resíduos. Isso é o que está
834 no resumo colocado aqui. Se há uma dúvida, nós podemos sanar se há o
835 Plano de Gerenciamento de Resíduos ou não no processo.

836 O Sr. Presidente:- Ok. Senhoras e senhores, vamos colocar em votação
837 o item cinco. (Pausa). APROVADO, com 23 (vinte e três) votos favoráveis,
838 02 (dois) votos contrários e 02 (duas) abstenções.

839 Na sequência item seis, Protocolo nº 12.199.704-5 e 14.532.209-0.
840 O Sr. Secretário Executivo:- Protocolo nº 12.199.704-5 - Requerente:
841 Departamento de Estradas e Rodagens - DER: Trata-se de requerimento de
842 licenciamento ambiental, modalidade Autorização Ambiental, para obras de
843 implantação de acostamento, melhorias diversas e adequação de acessos,
844 com extensão de 7,8 km na PR 412, trecho compreendido entre os balneários
845 de Shangrilá e Pontal do Sul, município de Pontal do Paraná. Anexo ao
846 pedido de Autorização Ambiental tramita o procedimento referente a
847 Autorização Florestal para supressão de vegetação, necessária para execução
848 das obras. Conforme Inventário Florestal apresentado será necessária a
849 supressão de 18 árvores nativas diversas, gerando um volume aproximado
850 de um metro cúbico e 117 árvores exóticas diversas, gerando um volume
851 aproximado de trinta e oito metros cúbicos. Este procedimento foi analisado
852 pela Câmara Técnica Florestal do IAP, que se manifestou pelo deferimento.
853 Para o pedido de Autorização Ambiental foi apresentado o Plano de Controle
854 Ambiental Simplificado - PCAS e demais documentos pertinentes. A
855 Câmara Técnica Multidisciplinar do IAP avaliou o procedimento de
856 Autorização Ambiental e emitiu o Parecer Técnico favorável ao
857 empreendimento, elencando os condicionantes. Das justificativas
858 apresentadas, vislumbra-se que as obras são necessárias para melhorar e
859 ordenar do fluxo de veículos no referido trecho, bem como aumentar a
860 segurança para os motoristas, pedestres e ciclistas, principalmente. As
861 readequações previstas possibilitarão também acesso rodoviário mais seguro
862 aos balneários de Pontal do Paraná abrangidos pelo alcance das obras, bem
863 como melhoria nos pontos de parada dos ônibus de linha que circulam pela
864 rodovia. Tomando como base que os procedimentos de licenciamento foram
865 objeto de vistoria e análise obtendo pareceres favoráveis do órgão
866 licenciador, pela relevância das obras para o litoral, avaliando do ponto de
867 vista estratégico e de acordo com as atribuições do COLIT, entendemos que

868 os presentes procedimentos apresentam condições de serem submetidos ao
869 Pleno do Conselho para obtenção da anuência necessária, conforme Art. 2º,
870 Inciso V, do Decreto Estadual 2.415/2015 e a mais recente alteração Decreto
871 7948/2017.

872 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa).

873 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Embora o Secretário
874 já tenha dito que toda nossa conversa será constada em Ata, reforço que seja
875 constado em Ata o posicionamento da Mar Brasil favorável a esta obra.
876 (Palmas). Eu passo com frequência e não foram nem uma e nem duas vezes
877 que eu vi alguns acidentes, quase me envolvi também. O impacto ambiental
878 é muito pequeno comparado com o ganho no que diz respeito à segurança.
879 Só queria questionar o porquê não inserir nesta obra uma faixa exclusiva para
880 ciclista. Muitos acidentes acontecem ali, principalmente com ciclista, e a
881 construção de um acostamento não é para o ciclista, é para o carro. Ele dá
882 uma segurança para o carro encostar, mas ciclista circulando em cima de
883 acostamento ainda não está no espaço dele. Por que não propor nesta obra
884 uma construção de uma faixa exclusiva para ciclista, principalmente na
885 cidade de Pontal, que muita gente usa a bicicleta como meio de transporte.

886 O Sr. Presidente:- Com a palavra, Glauco do DER.

887 O Sr. Glauco Tavares Luiz Lobo (DER):- Essa sua preocupação com
888 ciclistas é uma das nossas principais preocupações, com ciclistas e pedestres
889 que trafegam naquele trecho de Shangrilá para cá e realmente não têm
890 segurança por falta de acostamento e/ou ciclovia. Existe outro projeto que é
891 mais complexo da readequação da PR-412.

892 Esse acostamento que está sendo proposto agora será aproveitado
893 depois nesta nova configuração da rodovia. Já a ciclovia será executada
894 depois. Só com este acostamento já dará muita segurança para pedestres e
895 ciclistas ficarem longe da faixa de rolamento. E essa ciclovia, se fosse
896 executada hoje, se perderia. Agora o que está sendo executado será

897 aproveitado e no futuro aí sim teremos uma condição ainda melhor para o
898 pedestre e ciclista.

899 O Sr. Presidente:- Obrigado, Glauco.

900 O Sr. Conselheiro Marcos Fioravante (Prefeito de Pontal do Paraná):-
901 Eu acho que nem preciso defender minha causa, o Juliano já fez. Mas
902 gostaria de aproveitar a oportunidade, até lamento esta situação, aqui fala em
903 sete quilômetros e oitocentos metros indo até o antigo campo de futebol do
904 Adilson, mas deveria se estender até o mangue seco. Ali tem uma região
905 crítica também, onde mães com carrinhos de bebê divide espaço com os
906 ônibus da Techint. Então, o risco é muito grande. Lamento que este projeto
907 seja apenas até Pontal do Sul, até o trevo. Deveria se estender até o mangue
908 seco.

909 O Sr. Presidente:- Obrigado. Dando sequência, vamos para a votação.
910 Por favor, Conselheiros e Conselheiras, quem for favorável se manifeste
911 erguendo o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com 27 (sete e sete)
912 votos favoráveis. Automaticamente não há abstenção e nem votos contrários.
913 Ok.

914 Dando sequência, Protocolo nº 14.653.778-2

915 O Sr. Secretário Executivo:- Protocolo nº 14.653.778-2, Requerente
916 Sanepar: Trata-se de requerimento de licenciamento ambiental, modalidade
917 Autorização Ambiental, para limpeza e retirada de sedimentos do leito do
918 Rio das Pombas, na captação da estação de bombeamento, município de
919 Pontal do Paraná. A deposição de material se encontra muito próxima da
920 tomada de água da captação, o que poderá causar problemas no
921 bombeamento. Conforme informações, a operação de limpeza e retirada de
922 material arenoso/sedimentos é necessária visando à recuperação da
923 capacidade de captação e bombeamento da estação Rio das Pombas, a qual
924 se encontra assoreada. A estimativa de retirada é de 1.200 metros cúbicos de
925 areia e sedimentos, que serão destinados para local adequado. A

926 documentação apresentada foi avaliada e o local vistoriado por técnicos da
927 Câmara Técnica Multidisciplinar do IAP, que emitiram o Parecer Técnico
928 favorável à emissão da licença, elencando os condicionantes. Tomando
929 como base que o procedimento de licenciamento ambiental foi analisado, o
930 local foi vistoriado e a documentação apresentada foi considerada suficiente
931 por parte do órgão licenciador, que emitiu parecer técnico favorável, pela
932 necessidade e importância da intervenção, avaliando sob o ponto de vista
933 estratégico e de acordo com as atribuições do COLIT, entendemos que o
934 presente tem condições de encaminhamento ao Pleno do Conselho, para
935 avaliação e deliberação sobre a anuência necessária, conforme Art. 2º, Inciso
936 V, do Decreto Estadual 7.948/2017.

937 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. Os favoráveis
938 ergam o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com 24 (vinte e quatro)
939 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrários.

940 Dando sequência, Protocolo nº 13.415.598-1.

941 O Sr. Secretário Executivo:- Protocolo nº 13.415.598-1, Requerente:
942 Concessionária Eco Via Caminhos do Mar S/A. Trata-se de requerimento de
943 Licença Ambiental Simplificada - LAS para obras de duplicação do trecho
944 da PR 407, numa extensão de 1,3 km, trecho referente ao Km 2,5 ao 3,8 Km,
945 área urbana do município de Paranaguá. As obras referentes ao trecho
946 compreendido entre a BR 277 até o Km 2,5 já foram executadas conforme
947 autorizações ambientais anteriormente emitidas, portanto o trecho em análise
948 para emissão da LAS trata somente do Km 2,5 ao Km 3,8, numa extensão de
949 1.300 metros. O presente procedimento foi objeto de análise pela Câmara
950 Técnica Multidisciplinar do IAP, que emitiu os Pareceres Técnicos se
951 posicionando favoravelmente a emissão da licença, elencando os
952 condicionantes. O Grupo Técnico do COLIT emitiu o Parecer Técnico se
953 manifestando pelo encaminhamento para obtenção da anuência do Pleno do
954 COLIT. O procedimento foi retirado de pauta, retornando para ao IAP para

955 manifestação. Com base nas informações posteriores contidas no
956 procedimento, em especial a Informação emitida pela Procuradoria Geral do
957 Estado, este Grupo Técnico entende que o procedimento poderá retornar a
958 pauta do COLIT. Tendo como base que o procedimento de licenciamento
959 ambiental foi objeto de vistoria e análise, obtendo parecer favorável por parte
960 do órgão licenciador, considerando que a duplicação deste trecho da PR 407
961 caracteriza-se como uma obra de interesse público que visa ampliar a
962 infraestrutura rodoviária do litoral, melhorar o fluxo de trânsito e
963 proporcionar maior segurança aos usuários, após avaliação do ponto de vista
964 estratégico e de acordo com as atribuições do COLIT, entendemos que o
965 presente procedimento apresenta condições de ser submetido ao Pleno do
966 Conselho para obtenção da anuência necessária, conforme Art. 2º, Inciso V,
967 do Decreto Estadual 7948/2017.

968 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Juliano.

969 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Então, trata-se de uma
970 LAS e que pede que seja feito apenas um PCA. Lendo o que foi enviado pelo
971 link, tem dois técnicos do IAP que sugerem o licenciamento completo e não
972 veio justificativa do por que não o licenciamento completo como eles
973 solicitam. E também não veio o PCA, tive que ir até a Secretaria do COLIT
974 para lê-lo. Lendo o PCA percebi que é um processo bastante frágil pelo
975 impacto que esta duplicação pode causar, mesmo sendo um trecho pequeno.
976 Lembrando que me parece que existe um fatiamento dessa duplicação. Foi
977 feito um primeiro trecho, senão estou enganado de 2,5km ou 3,8km, acho, e
978 que também não passou por este pleno antes. Então, seria uma correção do
979 que já foi feito e agora está pedindo mais um trecho.

980 Então, eu entendo que ser emitida só uma LAS e com o estudo de só
981 um PCA fragiliza muito o processo de avaliação dos impactos que essa
982 duplicação pode causar. Então, gostaria de entender o porquê só da LAS e
983 não o entendimento de duas solicitações de licenciamento completo. E no

984 que eu pude ler do PCA, em minha opinião, está muito frágil, eu também
985 solicito vista deste processo.

986 O Sr. Presidente:- Senhoras e senhores Conselheiros, só para também
987 deixar claro... o Prefeito de Pontal pediu a palavra.

988 O Sr. Conselheiro Marcos Fioravante (Prefeito de Pontal do Paraná):-
989 Eu respeito muito a parte técnica que o Juliano expôs agora, não sou técnico,
990 mas vejo pelo lado prático. Os três quilômetros feitos até então, da BR-277
991 até a continuação da PR-407, ajudou muito a desafogar o trânsito do nosso
992 município. Antigamente a fila era enorme. Hoje, de Guaraguaçu para frente,
993 já deslança com muito mais fluidez. Algumas árvores terão que ser
994 sacrificadas, mas eu acho que o benefício é bem maior.

995 O Sr. Presidente:- Ana, por favor.

996 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Embora tenha sido
997 solicitado vista ao processo, esse processo, Juliano, efetivamente iniciou
998 com um pedido de licenciamento de um trecho bem maior de duplicação da
999 Ecovia. Por uma deliberação do próprio Instituto foi determinado que nós só
1000 faríamos o licenciamento até o término deste trecho urbano. Daí em diante,
1001 em função de inclusive afetar a unidade de conservação, já existe no próprio
1002 processo de licenciamento que essa duplicação, desse ponto em diante, tem
1003 que ser objeto de estudo de impacto ambiental.

1004 Então, isso já consta no processo. Talvez vocês não tenham tido
1005 acesso. Esse trecho, que é o final do trecho urbano, consideramos que há
1006 plena condição de ser licenciado. Que é como diz o prefeito, já iniciaram
1007 essas obras, faltou um pequeníssimo trecho que no nosso entendimento pode
1008 ser licenciado através de uma licença ambiental simplificada, mesmo porque
1009 esta modalidade de licenciamento está prevista na resolução da Secretaria de
1010 Estado de Meio Ambiente para empreendimentos viários.

1011 O Sr. Presidente:- Ok.

1012 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Em respeito à fala do
1013 Prefeito Casquinha, entendo os ganhos que esta duplicação têm, mas
1014 desculpe-me, não ficou clara esta questão que o restante da duplicação seria
1015 por um processo completo de licenciamento, uma vez que não tem nenhuma
1016 justificativa por que não atender a solicitação dos dois técnicos do IAP.
1017 Então, isso não ficou claro.

1018 O Sr. Presidente:- Ana.

1019 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Mais uma vez, já foi
1020 objeto de outras discussões nossas no Plenária do Conselho, essa deliberação
1021 consta no processo de licenciamento. Ao invés de a gente tirar o processo da
1022 votação, os Conselheiros podem determinar que isso conste como
1023 condicionante. Constará como condicionante do licenciamento que a
1024 continuidade da duplicação no trecho que efetivamente afeta a unidade de
1025 conservação, seja objeto não só de licenciamento ambiental completo como
1026 de apresentação do EIA.

1027 Vou pedir desculpas ao Secretário para passar a palavra para a Da.
1028 Edilaine, que é a nossa Diretora da área, para que ela possa fazer algumas
1029 considerações.

1030 A Sra. Edilaine Vieira (IAP):- Boa tarde. Eu queria deixar claro que a
1031 manifestação dos técnicos pelo licenciamento completo é no momento em
1032 que a solicitação era para o trecho todo, do quilômetro zero até o final. Como
1033 depois foi decidido que a obra seria licenciada apenas neste trecho
1034 específico, para este trecho, é possível pela Resolução 046 se licenciar por
1035 lá.

1036 Então, essas manifestações que estão no processo, não são referentes
1037 a este trecho.

1038 O Sr. Presidente:- O Prefeito de Paranaguá, por favor.

1039 O Sr. Conselheiro Marcelo Elias Roque (Prefeito de Paranaguá):- Boa
1040 tarde. Dizer que ser prefeito do litoral não é bom para ninguém. Respeito a

1041 questão ambiental, mas nós queremos o progresso para o litoral. E o que me
1042 deixa estarecido é que pessoas que conhecem o litoral na totalidade pelo
1043 Google, que não conhece cada situação de cada município, que não conhece
1044 a dificuldade de cada um, tem a petulância de falar em qual modalidade cada
1045 prefeito tem que investir em sua cidade. Qual geração de emprego e renda
1046 que os nossos prefeitos têm que impor em cada município. Isso é
1047 inadmissível! Ficar com o ar-condicionado falando e depois vir até aqui falar
1048 o que nós temos que fazer?

1049 Essa nova safra de prefeitos não manda mais nenhum substituto, eles
1050 vêm aqui para debater o que o litoral precisa e o que cada município precisa.
1051 Isso mudou! Eu fiz questão de sair de Paranaguá e vir aqui. E parabéns por
1052 trazer essas reuniões para o litoral, com público, com pessoas vendo o que
1053 cada um está fazendo para o nosso litoral. Então, é inadmissível que pessoas
1054 venham aqui falar o que nós temos que fazer. Ninguém sabe o que cada um
1055 está fazendo pela saúde, pela segurança, pela educação. Claro que o litoral é
1056 uma vocação turística, mas precisamos destravar essa função turística que o
1057 nosso litoral tem, respeitando as questões ambientais. Ninguém é contra!
1058 Ninguém é contra. E aqui eu vejo com muito orgulho os prefeitos, cada um
1059 brigando pelo seu município.

1060 O Casquinha agora aprovou este acostamento importante de Sangrilá
1061 até Pontal do Sul, eu sei por que eu vivi o meu dia a dia neste município. Eu
1062 fui candidato a prefeito duas vezes. Eu sei quantas pessoas morreram ali na
1063 Vila Nova, no Atami, naquela curvinha ali, que o Juliano conhece muito
1064 bem. A gente sabe! E não são diferentes nesses 3,8km que já foram
1065 duplicados em Paranaguá, ali no Jardim Esperança. Quantas pessoas
1066 morreram sem uma duplicação? Quantas manifestações tiveram naquele
1067 local? Quantas pessoas morreram? E aqui eu agradeço o governador à época,
1068 foi o próprio Beto Richa junto com a Ecovia, por fazer este espaço.

1069 E agora 1,5km, 1,3km, que não tem dano ambiental nenhum! Eu fui
1070 Secretário de Meio Ambiente na época em que foi feita aquela duplicação,
1071 passou por nossos técnicos, pelos engenheiros florestais e ambientais e não
1072 houve problema nenhum! E não é agora neste espaço, que vai até a Floresta
1073 do Palmito, que vai ter algum problema.

1074 Eu ainda sonho em ver a duplicação até a Praia de Leste, para que o
1075 turista venha para o litoral, para Pontal, que venha para Paranaguá e não
1076 tenha mais aquela loucura, aquele transtorno daqueles veículos, aquelas filas
1077 que estamos cansados de ver em todo o verão. Nós temos que pensar nas
1078 pessoas que moram no litoral, mas também nas pessoas que vêm visitar o
1079 nosso litoral! É isso que a gente pede aqui, cada prefeito com a sua demanda.
1080 E dizer que vamos estar em todas as reuniões do COLIT firmes e fortes para
1081 destravarmos o desenvolvimento do nosso litoral. (Palmas).

1082 O Sr. Presidente:- Mirim.

1083 A Sra. Conselheira Miriam Gomes Leite da Silva (CAU):- Esta obra
1084 de duplicação da PR-408 nós tivemos que engolir antes de qualquer
1085 licenciamento, porque a obra foi feita anteriormente ao licenciamento.
1086 Engolimos, porque ela não levou em consideração o Plano Diretor de
1087 Paranaguá que não queria a duplicação. E me causa estranheza que as ONGs
1088 não perceberam, se preocupam com meia dúzia de arvores, um sambaqui,
1089 com os peixes e não se preocuparam com as comunidades que moravam ao
1090 lado das rodovias que são o vale do Sol, a Vila Garcia, o jardim esperança,
1091 que têm centenas de pessoas, centenas de milhares de pessoas morando lá e
1092 sofrendo com a estrada do jeito que estava. No Plano Diretor nós não
1093 queríamos a duplicação. O nosso prefeito é recente, o nosso Plano Diretor é
1094 de 2007, mas não se queria a duplicação da PR-407. Queria que pegasse
1095 Alexandra até a faixa da Alta tensão, por ali a rodovia. Que não se duplicasse
1096 para não termos mais uma cicatriz dentro do município de Paranaguá, como
1097 é a BR-277.

1098 Ninguém dos ambientalistas as se preocupou com essa população que
1099 estava lá e agora está sendo segregada, porque nós só temos um ponto do
1100 cruzamento desta duplicação. Só tem um ponto. Agora se preocupar com 1.3
1101 ou 1.5km que vai se tirar algumas arvores, é ridículo. O pior já foi feito nesta
1102 duplicação. O pior já foi feito e dividiu o município.

1103 Agora aquela população está lá, está segregada, só conseguem
1104 atravessar apenas em um ponto, que é aquele ponto perto do Bavaresco e só.
1105 Quem vai para o UFPR tem que fazer uma travessia superperigosa, um
1106 cruzamento superperigoso. Isso vocês não viram. É interessante isso. Como
1107 a Ecovia conseguiu fazer a duplicação? Porque o Governo de Estado também
1108 permitiu, e Paranaguá não foi chamada à discussão. O Zoneamento
1109 Ecológico do Estado foi feito e Paranaguá não foi chamada à discussão, não
1110 teve audiência. Agora, se preocupar se vai aumentar um quilômetro, é
1111 ridículo. (Palmas).

1112 O Sr. Presidente:- Ok. Ana

1113 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Considerando o
1114 prazo, eu gostaria que o Juliano apreciasse a alternativa de incluir esta
1115 questão como condicionante já que é essa a dúvida, mesmo porque eu
1116 garanto, o processo está todo ali, pode ser verificado, até indico onde está, já
1117 foi tomada essa decisão de como se dará o licenciamento daquele trecho em
1118 diante. O que estamos discutindo aqui é simplesmente 1.3km de uma obra
1119 que já foi iniciada, como o próprio pessoal de Paranaguá já salientou.

1120 O Sr. Presidente:- Juliano, gostaria que levasse em consideração os
1121 argumentos expostos e acredito que, por uma questão de bom senso com esta
1122 proposição da Ana Cecília de uma condicionante, nós estaremos tomando
1123 uma decisão madura e responsável. Por favor.

1124 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Bom, o pior já foi feito
1125 e sem ter passado pelo COLIT. Então, esta é a nossa preocupação. Em
1126 respeito ao Prefeito Roque eu queria explicar para que o senhor tenha um

1127 entendimento melhor do que eu estou pedindo. O LAS - Licenciamento
1128 Ambiental Simplificado, não pede estudos tão rigorosos e muitas vezes os
1129 estudos de impacto ambiental são vistos como empecilho, uma pedra no
1130 sapato dos empreendedores. No entanto, baseado nesses estudos pode-se
1131 potencializar os impactos positivos e minimizar os negativos. Então, minha
1132 atenção aqui é para que seja feito um estudo mais criterioso para beneficiar
1133 a comunidade. Inclusive teve uma época, logo que recém fizeram aquela
1134 duplicação ali, eu estava vindo para Pontal de ônibus, e a população fechou
1135 a rua, colocou fogo em pneus, porque a obra causou um alagamento e uma
1136 senhora perdeu a casa dela. Então, será que aconteceu isso porque não foi
1137 feito um estudo criterioso? Por que será que essa senhora perdeu a casa,
1138 porque alagou depois que foi feita a obra?

1139 Então, o estudo de impacto ambiental traz informações mais
1140 detalhadas para que erros não aconteçam, e mesmo assim os erros ainda
1141 podem acontecer. Então, eu entendo o processo de licenciamento, os estudos
1142 mais rigorosos, como num processo mais assertivo para que depois a
1143 prefeitura tenha menos problema na gestão. Então, eu queria que o senhor só
1144 entendesse isso. Quando a gente pede um processo mais rigoroso é para que
1145 depois fique até mais fácil o trabalho do prefeito, de quem faz a gestão
1146 daquele território.

1147 Vou considerar, por uma questão de bom senso, não que eu não tivesse
1148 bom senso se não considerasse, até repito o que o Conselheiro Daniel Teles
1149 falou que faz parte do SISNAMA, tem outro viés, lógico tenho que entende
1150 a questão econômica e social, mas não podemos deixar de lado o ambiental
1151 também, que pode trazer prejuízos para a economia e para o social. Então,
1152 baseado nisso e principalmente na fala da advogada, que depois o restante
1153 da duplicação vai compreender um processo completo, trifásico, LP, LI e LO
1154 com o EIA/RIMA - o PCA, eu fui lá e li a parte de estudo e tráfego tem meia
1155 página, com dois quadros, não explica nada, não fala nada com conexão, com

1156 faixa de infraestrutura, absolutamente nada, ou seja, foge também da gestão
1157 integrada do território. Por isso coloquei como extremamente frágil esse
1158 processo do LAS. Mas no entendimento de que o restante do processo vai
1159 ser dentro do processo completo de licenciamento, então retiro o pedido de
1160 vista.

1161 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. Daniel, por favor.

1162 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):-
1163 Rapidamente, reforçar que não temos problema com relação ao
1164 entendimento da necessidade da demanda social, mas, como disse o Juliano,
1165 a gente não tem que condenar um EIA aqui, não entendi a fala da colega,
1166 porque o meio sócio econômico assegura a necessidade de passarelas, de
1167 sinalização, etc., então, não sei, talvez o tom não foi muito adequado, mas
1168 concordo que não precisamos contrariar a LAS mas o EIA é um instrumento
1169 de gestão. O EIA é um instrumento de gestão! Se os empreendedores usam
1170 empresas incapazes ou tendenciosas na elaboração de EIAs, é outro
1171 problema. O EIA é um instrumento de gestão a favor do território.

1172 A Sra. Conselheira Miriam Gomes Leite da Silva (CAU):- A
1173 duplicação aconteceu sem autorização, sem consulta a Paranaguá, não
1174 respeitou o Plano Diretor de Paranaguá, este é o meu questionamento.

1175 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Mas não sei
1176 porque você atribui a culpa... Eu não entendi, ficou um pouco estranho.

1177 A Sra. Conselheira Miriam Gomes Leite da Silva (CAU):- A questão
1178 é que se preocupam com a questão ambiental e pouco com o social. Se
1179 preocupa demais com o sambaqui, com meia dúzia de aves exóticas, meia
1180 dúzia de nativas.

1181 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):-Aí é uma
1182 opinião sua, né. Só como sugestão, gostaria de sugerir o encaminhamento da
1183 LAS a sinalização do fim do perímetro urbano e a área de amortecimento da
1184 ESEC e do Parque Estadual do Palmito.

1185 O Sr. Presidente:- A Ana Cecília vai repetir a condicionante, porque
1186 nós estamos gravando.

1187 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Esta questão da
1188 localização já está muito clara, em função da licença ser emitida para aquele
1189 quilômetro até o quilômetro tal, que é a área urbana de Paranaguá. E a
1190 condicionante que a gente incluirá, mesmo porque fomos nós mesmos que
1191 colocamos isso no processo de licenciamento, é que para o restante da
1192 duplicação até o quilômetro, não vou lembrar-me de cabeça, mas acho que o
1193 28, é necessário o licenciamento ambiental completo com apresentação de
1194 estudo de impacto ambiental tendo em vista o impacto justamente sobre as
1195 unidades de conservação. Ok?

1196 O Sr. Presidente:- Ok. Senhores Conselheiros, nós vamos colocar em
1197 votação, com a condicionante. Os Conselheiros favoráveis, por favor,
1198 manifestem-se erguendo o cartão de votação. (Pausa). APROVADO com 23
1199 (vinte e três) votos favoráveis, 02 (dois) votos contrários e 02 (duas)
1200 abstenções. Obrigado.

1201 Dando sequência, item nove - Protocolo nº 14.214.596-0.

1202 O Sr. Secretário Executivo:- Requerente: Associação dos Usuários do
1203 Canal do DNOS. Trata-se de requerimento de licenciamento ambiental na
1204 modalidade de Licença Ambiental Simplificada, para dragagem de
1205 manutenção do calado do canal do DNOS, localizado no município de Pontal
1206 do Paraná. De acordo com informações, a intervenção é necessária visando
1207 o controle de cheias do canal, bem como a manutenção do calado para
1208 possibilitar a navegação das embarcações que ali transitam, inclusive os
1209 barcos que fazem a travessia do continente até a Ilha do Mel. A dragagem
1210 será executada numa extensão aproximada de 1.000 metros do canal, com
1211 volume estimado de 6.000 m³ de material a ser retirado, o qual será destinado
1212 para locais adequados, conforme Plano de Controle Ambiental - PCA
1213 apresentado e avaliado pelo IAP. Após solicitação de informações

1214 complementares ao requerente, as quais foram atendidas, o procedimento foi
1215 encaminhado para a Procuradoria Geral do Estado - PGE, que se manifestou
1216 através do Parecer se posicionando favoravelmente ao pedido, elencando
1217 alguns condicionantes. Posteriormente o procedimento foi analisado pela
1218 Câmara Técnica Multidisciplinar, que emitiu o Parecer Técnico, se
1219 posicionando favoravelmente ao pretendido, elencando os condicionantes
1220 para o licenciamento. Cabe informar que Intervenções desta natureza já
1221 ocorreram em anos anteriores, através de autorizações emitidas em 2009,
1222 2010 e 2013, sendo necessárias e periódicas devido as características do
1223 canal. Tomando como base que o procedimento de licenciamento ambiental
1224 foi objeto de análise, obtendo manifestação favorável por parte do órgão
1225 licenciador, considerando a especificidade do assunto tratado e a necessidade
1226 da intervenção, avaliando do ponto de vista estratégico e de acordo com as
1227 atribuições do COLIT, entendemos que o presente procedimento apresenta
1228 condições de ser submetido ao Pleno do Conselho para obtenção da anuência
1229 necessária, conforme Art. 2º, Inciso V, do Decreto Estadual 7.948/2017.

1230 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. Quem for
1231 favorável, por favor, erga o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com
1232 25 (vinte e cinco) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 02 (duas)
1233 abstenções. (Palmas).

1234 Dando sequência, item dez, Protocolo nº 14.083.306-1.

1235 O Sr. Secretário Executivo:- Requerente: Prefeitura Municipal de
1236 Morretes. Trata-se de requerimento de licenciamento Ambiental na
1237 modalidade de Autorização Ambiental, para execução de obras de
1238 desassoreamento e correção do leito Rio São João - Morretes, com o objetivo
1239 de restabelecer o fluxo normal daquele corpo hídrico, evitando erosão das
1240 margens. Já houve manifestação anterior do Grupo Técnico do COLIT,
1241 contudo o presente procedimento foi retirado da pauta da 67ª Reunião
1242 Ordinária, conforme pedido de vista formulado pela Conselheira Elenise

1243 Sipinski, representante da SPVS. Tendo em vista os questionamentos
1244 formulados, o procedimento foi remetido ao Instituto das Águas do Paraná
1245 para esclarecimento, retornando ao COLIT para apreciação do Conselho
1246 visando obtenção da anuência.

1247 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. Os favoráveis
1248 se manifestem, erguendo o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com
1249 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 04 (quatro) votos contrários e 01 (uma)
1250 abstenção. (Palmas).

1251 Dando sequência, item onze: Protocolo nº 14.707.159-0.

1252 O Sr. Secretário Executivo:- Requerente: Universidade Federal do
1253 Paraná. Trata-se de requerimento de licenciamento ambiental, modalidade
1254 Autorização Florestal, visando o corte de vegetação para implantação do
1255 Centro de Reabilitação de Fauna, área do Centro de Estudos do Mar da
1256 UFPR, localizado no município de Pontal do Paraná. Segundo Inventário
1257 Florestal apresentado pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, a
1258 vegetação objeto da supressão caracteriza-se como um fragmento vegetal e
1259 formação de transição para o ecossistema manguezal, estando a mesma
1260 descaracterizada de sua formação original. Será necessária a supressão de
1261 110 árvores diversas. No procedimento, entre outros documentos, constam:
1262 Inventário Florestal; Informação Técnica nº 001 da Câmara Técnica
1263 Florestal do IAP, Informação da PGE/PAM. Tomando como base que o local
1264 vistoriado, o procedimento de licenciamento ambiental foi analisado e a
1265 documentação apresentada foi considerada suficiente por parte do órgão
1266 licenciador, considerando as informações da Câmara Técnica Florestal do
1267 IAP e também da PGE, avaliando sob o ponto de vista estratégico e de acordo
1268 com as atribuições do COLIT, entendemos que o presente tem condições de
1269 ser submetido ao Pleno do Conselho, para avaliação e deliberação sobre a
1270 anuência necessária, conforme Art. 2º, Inciso V, do Decreto Estadual
1271 7948/2017.

1272 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. Quem for
1273 favorável, erga o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com 21 (vinte e
1274 um) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 04 (quatro) abstenções.
1275 (Palmas). Muito obrigado.

1276 Nós faremos agora a leitura dos processos indeferidos e ao final nós
1277 teremos algumas participações. Então, ainda peço que as pessoas ainda
1278 aguardem mais uns minutos, por favor.

1279 O Sr. Secretário Executivo:- Leitura dos processos indeferidos.

1280 (Lê) Protocolo nº 13.580.701-0: Trata-se de requerimento de Licença
1281 Ambiental Prévia para extração de argila para fins comerciais no município
1282 de Morretes. Requerente: Ricardo Alexandre Dal Negro.

1283 (Lê) Protocolo nº 13.494.129-4: Trata-se de requerimento de
1284 licenciamento ambiental na modalidade Licença de Instalação para atividade
1285 minerária, no município de Antonina. Requerente: Dalton Ribeiro da Cunha
1286 Junior.

1287 (Lê) Protocolo nº 14.423.019-1: Trata-se de requerimento de
1288 licenciamento ambiental na modalidade Regularização de Licença
1289 Ambiental de Operação para pátio de triagem e estacionamento de
1290 caminhões, município de Paranaguá. Requerente: Cattalini Terminais
1291 Marítimos S.A.

1292 (Lê) Protocolo nº 13.790.894-8: Trata-se de requerimento de
1293 licenciamento ambiental na modalidade de Licença Prévia para pátio de
1294 armazenamento de contêineres vazios, município de Paranaguá. Requerente:
1295 BRF Engenharia de Obras Ltda.

1296 (Lê) Protocolo nº 13.583.432-7 e 13.882.785-5 e anexos: Tratam-se
1297 de 02 procedimentos de licenciamento ambiental que tramitam anexados,
1298 sendo um para Renovação de Licença de Operação de empreendimento
1299 mineral e outro para Autorização Florestal, em imóvel localizado na

1300 Colônia Jacarandá, município de Matinhos. Requerente: Bala Bala Materiais
1301 de Construção Ltda.

1302 (Lê) Protocolo nº 14.146.074-9 e 13.550.225-1: Tratam-se de 02
1303 procedimentos de licenciamento ambiental que tramitam anexados, sendo
1304 um para Renovação de Licença de Operação de empreendimento minerário
1305 e outro para Autorização Florestal, em imóvel localizado na Gleba
1306 Guaraniaçú, município de Pontal do Paraná. Requerente: Roberto
1307 Massocato.

1308 O Sr. Presidente:- Gostaria de solicitar às duas ONGs, que pediram
1309 vista, se possível protocolar e que disponibilizassem para que fizéssemos a
1310 leitura, por favor. Senhores Conselheiros, estamos solicitamos às duas ONGs
1311 a apresentação para que possamos aceitar como protocolo dois pedido de
1312 vista e vamos solicitar a leitura, por favor. (Pausa). O Alfredo fará a leitura
1313 do pedido de vista e na sequência concederá o aceite do pedido de vista.

1314 O Sr. Secretário Executivo:- Pedido de vista do Protocolo 12.142.516-
1315 5, Requerente: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL,
1316 justificativa: Associação Mar Brasil. Justificativa: trata-se de pedido de
1317 licença prévia para a faixa de infraestrutura a qual contempla o canal de linha
1318 de transmissão, gasoduto e ferrovia. No entanto, só foram apresentados os
1319 estudos da rodovia e canal. Ou seja, é ilegal a emissão de Licença Prévia sem
1320 estudos da linha de transmissão, gasoduto e ferrovia. Data: 20/11/2017,
1321 Juliano Dobis - Associação Mar Brasil.

1322 Protocolo 14.832.909-5, Requerente: Terminais Portuários da Ponta
1323 do Félix S/A, pedido de vista: Associação Mar Brasil, justificativa: não
1324 apresentação da autorização do Ibama para a dragagem e nem para a
1325 deposição dos sedimentos na área ACE-20, Data: 20/11/2017, Juliano Dobis,
1326 Instituição Mar Brasil. Trata-se também da faixa de infraestrutura, porém
1327 esta justificativa do pedido de vista é por parte da UFPR - Universidade
1328 Federal do Paraná. Justificativa: questionamentos não foram devidamente

1329 respondidos nem atendidos por estudos complementares. Esta verificação
1330 constitui inclusive uma solicitação judicial não atendida. Os estudos de
1331 impacto ambiental são precários contendo inconsistência em diversos itens.
1332 Não tem condições de subsidiar tamanha importância do tema em pauta,
1333 extrema precocidade no processo de avaliação de um assunto de Estado. Data
1334 20/11/2017, Daniel Telles, Universidade Federal do Paraná.

1335 O segundo pedido de vista também se trata da faixa de infraestrutura,
1336 porém é por parte da Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais.
1337 Justificativa do pedido de vista: processo não traz informações sobre os
1338 impactos sinérgicos de todo o empreendimento e faltou o estudo dos
1339 impactos dos demais modais, ferrovia, canal de dragagem, gasoduto e linha
1340 de transmissão. Falta de anuência da FUNAI. Pedido de vista, repito, por
1341 parte da Mater Natura, assinado por Dailey Fischer.

1342 O outro pedido de vista, também se trata da faixa de infraestrutura por
1343 parte da SPVS. Justificativa do pedido de vista: o parecer técnico 044/2017,
1344 da Comissão Técnica Multidisciplinar afirmou que o Estado apresentou
1345 diversas inconsistências na área ambiental e social. Não há informações
1346 sobre os impactos sinérgicos de todo o empreendimento. Assinado por
1347 Elenise Sipinski - SPVS.

1348 Dois pedidos de vista com relação à dragagem...

1349 O Sr. Presidente:- Para que a gente tenha um entendimento melhor,
1350 inclusive por parte dos senhores Conselheiros, gostaríamos que a Ana e o
1351 Dr. Paulo falassem tecnicamente, juridicamente sobre esses pedidos de vista.
1352 Esses pedidos de vista recém-lidos.

1353 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- As questões do ponto
1354 de vista técnico da necessidade de complementação e estudos sinérgicos,
1355 acho que no início da fala a gente já tentou fazer esse esclarecimento aos
1356 Conselheiros.

1357 O pedido de licenciamento efetivamente é para a faixa de
1358 infraestrutura com componentes, ferrovia, gasoduto, canal, rodovia, linha de
1359 transmissão e dutos de saneamento. Em função dos estudos apresentados e
1360 da análise da Comissão Técnica criada por uma resolução, Secretário, que é
1361 quem e fato deve fazer a análise e o parecer para a emissão da licença, é que
1362 foi encaminhado o processo ao COLIT. Então, essas questões de natureza
1363 técnica eu acredito que estejam plenamente respondidas no próprio parecer,
1364 que é um parecer bastante extenso, que elenca quase cinquenta
1365 condicionantes para o licenciamento da faixa de infraestrutura nos
1366 componentes, rodovia, canal, linha de transmissão e dutos de saneamento.

1367 Com relação à anuência da FUNAI, já consta no processo a
1368 manifestação da FUNAI e com relação às questões de natureza da legalidade
1369 ou da parte jurídica, vou solicitar auxílio ao Dr. Paulo. No meu
1370 entendimento, como Conselheira, eu acredito que temos plena condição de
1371 analisarmos esse processo disciplinar ainda hoje, se for o entendimento da
1372 Plenária do COLIT.

1373 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Só citando o
1374 Artigo 39: “É facultado ao Conselheiro requerer vista de matéria ainda não
1375 votada, uma única vez, sendo o procedimento retirado automaticamente da
1376 pauta da reunião e não voltando para discussão. Você tem justificar e pronto.
1377 Então, para algumas coisas a gente segue à risca o Regimento Interno, para
1378 outras a gente as vezes flexibiliza um pouco. Então, eu gostaria de solicitar
1379 que o Artigo 39 fosse seguido.

1380 Nós solicitamos, houve justificativa, não é um pedido de vista isolado,
1381 são quatro instituições solicitando, acho que não tem que voltar à discussão.

1382 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Boa tarde a todos.
1383 Na verdade, nós não estamos especificamente discutindo o Artigo 39, mas
1384 diante das justificativas apresentadas, a Da. Ana fez alguns esclarecimentos

1385 que acho que são elucidativos no sentido da motivação que aparentemente
1386 se faz pelo pedido de vista.

1387 Com relação ao parecer da FUNAI está contido no protocolo, também
1388 está apresentado em juízo dentro dos autos 19.149/2017.816089, que foi
1389 agora recentemente movimentado em direção da Justiça Federal aguardando
1390 o cumprimento do prazo processual.

1391 Em relação às respostas dos questionamentos, todas elas igualmente
1392 estão contidas no protocolo e foram também atestadas no parecer técnico,
1393 parecer assinado, se não me engano, por dezesseis técnicos, onde eles
1394 fizeram o relato cronológico do procedimento. Um parecer bastante extenso,
1395 bastante detalhado, evidentemente foi bem debatido internamente também
1396 pela Comissão, algumas reuniões estivemos acompanhando. E claro aos
1397 questionamentos, evidentemente, para alguns, não nunca serão satisfatórias
1398 todas as perguntas. Cabe lembrar que as audiências públicas, os estudos, não
1399 buscam, de modo algum durante o processo de licenciamento, conduzir a
1400 questão para o consenso absoluto entre todos. Evidentemente há sempre
1401 setores que jamais terão à sua questão conformada. Mas isso é bastante
1402 natural e faz parte da democracia do processo.

1403 Então, o que gostaríamos de encaminhar aos ilustres requerentes das
1404 justificativas, seria de que fizesse essa análise em relação às suas motivações
1405 e pudessem, então, se possível, estar reavaliando o seu pedido, até para que
1406 não faça parecer que a situação estaria meramente servindo de pretexto para
1407 uma protelação do procedimento. Eu gostaria de ouvir os Conselheiros
1408 requerentes sobre esses temas específicos, a partir desses esclarecimentos,
1409 pedindo a eles que analisasse com bons olhos e com bastante pertinência, o
1410 procedimento está aqui presente para qualquer consulta, se for o caso, e
1411 estamos à disposição para esclarecimentos complementares.

1412 O Sr. Presidente:- Por favor, prefeito de Guaratuba.

1413 O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- A respeito
1414 desses pedidos de vista, não sou técnico, estou participando pela terceira ou
1415 quarta reunião do COLIT e honestamente eu não sei qual a finalidade do
1416 pedido de vista, especialmente quando a gente vê as justificativas que foram
1417 apresentadas.

1418 Como advogado já participei de outras reuniões em Conselho de
1419 Contribuintes e quando o Conselheiro pede vista, pede vista para estudar o
1420 processo ou para fazer um voto divergente. Neste caso aqui, a primeira
1421 justificativa foi muito clara: “Eu peço vista porque o processo não respeitou
1422 ou porque não contém...”, ou qualquer coisa assim. Eu respeito a opinião,
1423 mas o entendimento do Conselheiro já está firmado. Ele teve a pauta
1424 publicada com antecedência, ele estudou o processo a fundo, tanto que as
1425 justificativas dizem isso, elas são claras. O Conselheiro estudou o processo,
1426 ele está convencido que ele deve ser indeferido, mas diante da percepção de
1427 que ele não vai ser maioria ele pede vista com a escancarada finalidade
1428 protelatória. Única e exclusivamente protelatória! (Palmas). E quando ele faz
1429 isso ele desperta em muitos de nós Conselheiros, principalmente na
1430 população, nas pessoas que vêm aqui assistir as nossas reuniões, essa aversão
1431 que a gente vê que acaba sendo absorvida por todo um grupo que preza e
1432 defende o melhor meio ambiente. Esse radicalismo, esta intenção de tirar o
1433 ser humano do meio ambiente, como se nós não fizéssemos parte dele, e os
1434 nossos problemas sociais, as nossas necessidades de desenvolvimento, gera
1435 essa repulsa. A não ser que eu esteja errado, e esse pedido de vista sirva para
1436 outra coisa. “Ah não, eu vou pedir vista e vou estudar melhor o caso e vou
1437 apresentar um relatório!” Mas não. A impressão que eu tenho é que o
1438 entendimento já está manifestado e que isso é só para ganhar tempo, para
1439 enrolar, sei lá, protelar. Eu acho que esse pedido deveria sim ser revisto para
1440 que pudéssemos ir avante aos nossos projetos de desenvolvimento do litoral.

1441 É isso, Presidente. Eu agradeço. Obrigado. (Palmas).

1442 O Sr. Presidente:- Obrigado. Por favor.

1443 A Sra. Conselheira Elenise Sipinski (SPVS):- Primeiro, desculpe-me,
1444 Conselheiro, o senhor está ofendendo uma Conselheira aqui que lê todos os
1445 processos e se dedica sim ao desenvolvimento do patrimônio natural, social
1446 e econômico deste litoral. Eu vivo e estudo aqui há muitos anos e acho que
1447 estou bastante preocupada com o destino e com o futuro do litoral sim.
1448 Vamos lembrar que aqui tem, a gente gostando ou não, o único remanescente
1449 de mata atlântica, porque os 93% já acabaram. E acabaram, por quê? Por
1450 falta de planejamento, por falta de cuidado e sempre se coloca as questões
1451 econômicas e sociais antes da ambiental. Essa bagunça do sustentável
1452 realmente eu acho que ela não está adequada, porque se tivesse não teríamos
1453 93% do bioma, mais biodiversos do Planeta ameaçados.

1454 E goste ou não, porque eu também tenho obrigações, nós temos
1455 obrigação sim de cuidar desse patrimônio natural. Os senhores e as senhoras
1456 gostando ou não, é esse o nosso papel e é esse o meu papel como Conselheira
1457 da SPVS sim. E os senhores sabem que quando a gente recebe um processo
1458 para pedido de vista a gente não faz isso para atrapalhar. Os senhores sabem
1459 que a gente lê os processos e a gente faz sim um parecer muito dedicado e
1460 muito técnico. O Secretário Antônio Bonetti pode afirmar isso, nós não
1461 fazemos documentos por fazer. O nome SPVS tem trinta anos, o meu nome
1462 como profissional não vou jogar fora não. Então, é importante termos
1463 respeito neste Conselho e é o que eu quero. E não vou retirar o pedido de
1464 vista não, porque eu não concordo com esse processo, acho que ele não está
1465 adequado e mais, gostaria de saber qual a visão do futuro de Pontal do Sul.
1466 Vocês querem uma estrada? Será que essa estrada vai beneficiar o turismo?
1467 Será que essa estrada vai trazer um futuro? É uma estrada simples que vai
1468 trazer o que? Qual o objetivo disso? Acho que isso não está claro. Quando
1469 os senhores e as senhoras pedem para a gente olhar um processo, quando
1470 percebe que a gente erra, porque todo mundo erra, a gente volta atrás, mas

1471 neste caso realmente precisa... Eu participei das audiências públicas que
1472 foram malfeitas, diga-se de passagem, que não dava nem para ouvir o que se
1473 falava ali. Então, ela nem foi bem-feita, poderia ter sido muito melhor feita.
1474 A gente não tinha entendimento do que estava falando, tínhamos dificuldade
1475 de apresentarmos e falarmos as nossas dificuldades. Então, tem uma série de
1476 erros que aconteceram nesse processo sim. E eu não tenho segurança e eu
1477 vou pedir vista, sim, sim e sim. Muito obrigada. (Palmas).

1478 O Sr. Presidente:- Prefeito Casquinha, na sequência Paulo Glaser e
1479 depois o Juliano.

1480 O Sr. Conselheiro Marcos Fioravante (Prefeito de Pontal do Paraná):-
1481 Eu acho que o debate é válido, a democracia prevalece, mas se em um país
1482 de primeiro mundo o desenvolvimento acontece com o meio ambiente, por
1483 que aqui não pode acontecer? Basta ver nos finais de semana, antigamente
1484 era só temporada, hoje não. Basta fazer um final de semana com tempo bom,
1485 a praia lota, enche e esse pessoal para ir embora é um caos. Ainda acontecem
1486 acidentes, mortes. Então, realmente temos que analisar com carinho sim, mas
1487 é extremamente necessária e urgente esta nova rodovia. Obrigado. (Palmas).

1488 O Sr. Presidente:- Juliano.

1489 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Gostaria de convidar
1490 então os senhores Conselheiros que a gente saia da área econômica, social e
1491 ambiental e vamos para a gramática e façamos uma leitura da convocação
1492 específica deste item. E que a gente consiga, nesta leitura, mostrar que não
1493 está sendo hoje licenciado a ferrovia, nem o gasoduto e nem a linha de
1494 transmissão.

1495 Por favor, se puderem projetar a convocação, a gente está aqui baseada
1496 em uma convocação que é o processo formal.

1497 O Sr. Presidente:- Por favor, vamos colocar na tela.

1498 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- E aí gostaria de pedir,
1499 indo para a gramática, que a gente entenda que não está sendo dada anuência
1500 pelo COLIT para a ferrovia, por exemplo.

1501 O Sr. Presidente:- Já está aparecendo.

1502 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Gostaria de solicitar a
1503 leitura do processo, item sete, Protocolo 12.142.516-5

1504 O Sr. Secretário Executivo:- Protocolo nº 12.142.516-5: Trata-se de
1505 requerimento de licenciamento ambiental na modalidade de Licença Prévia
1506 para implantação de obras de infraestrutura, denominada Faixa de
1507 Infraestrutura, que compreende um conjunto de obras lineares (rodovia,
1508 ferrovia, canal de macrodrenagem, dutos de drenagem, rede de transmissão
1509 de energia elétrica e gasoduto), compreendida entre a PR 407 e o Balneário
1510 de Pontal do Sul, paralela à PR 412, com extensão aproximada de 24 km no
1511 município de Pontal do Paraná.

1512 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Gostaria que alguém
1513 me mostrassem que não está sendo dada anuência pelo COLIT da ferrovia,
1514 rede de transmissão e gasoduto, baseada nesta convocação. Foi por causa
1515 desta convocação que a gente está aqui hoje.

1516 O Sr. Secretário Executivo:- Juliano, um parágrafo um pouco abaixo
1517 explica: “Após vários documentos e informações complementares anexadas
1518 ao procedimento, a equipe que analisou detalhadamente o EIA/RIMA emitiu
1519 o Parecer Técnico, manifestando-se favorável à emissão da Licença Prévia,
1520 elencando os condicionantes do licenciamento para as obras da rodovia, do
1521 canal de macrodrenagem e da linha de transmissão de energia elétrica, bem
1522 como do compartilhamento da área destinada ao canal de macrodrenagem
1523 com tubulações da SANEPAR.” Creio que aqui responde um pouco o seu
1524 questionamento.

1525 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Primeiro que a linha
1526 de transmissão também não foi apresentado estudo, segundo que a gente

1527 também deve-se ater ao outro documento que é o termo de referência emitido
1528 pelo IAP, que lá pede gasoduto. Também não foi colocado. Inclusive lá,
1529 devido a um erro talvez, não foi contemplada a ferrovia no termo de
1530 referência, então também nem deveria ter sido feito. Ou seja, é muita
1531 confusão. O termo de referência diz uma coisa, o estudo vai dizer outra, uma
1532 análise específica diz outra. Não é assim. A gente está tratando aqui de uma
1533 obra de grande porte, de grande impacto, impacto social, econômico e
1534 ambiental. Esta nuvem não pode existir. As coisas têm que ficar bem claras.
1535 E aí, na discussão que tivemos do Regimento Interno, que a princípio era
1536 para se colocar os processos *ad referendum* só de calamidade e de
1537 emergência. Essas precisariam ter utilidade pública.

1538 De última hora, dentro do plano foi alterado e a utilidade pública
1539 entrou como geral, o que possibilitou que fossem feitos o *ad referendum*.
1540 Então, foi uma nebulosidade que se teve lá atrás que permitiu que hoje
1541 pudesse ter o *ad referendum*. Então, só para que a gente não repita esses
1542 equívocos, estão muito tumultuados esses documentos, por isso eu mantenho
1543 o meu pedido de vista.

1544 O Sr. Presidente:- Antes do Dr. Paulo se pronunciar, nós estamos
1545 discutindo a reformulação do Regimento Interno do COLIT há um ano, não
1546 foram nos últimos trinta dias não. Por favor, Dr. Paulo.

1547 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Vamos passar por
1548 uma nova forma de apreciação dessas questões. No caso gostaria de começar
1549 pelo início do pedido da Conselheira Dailey Fischer, que diz: “Falta anuência
1550 da FUNAI!” A anuência da FUNAI está dentro do processo.

1551 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Aquilo não é
1552 anuência.

1553 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Então, gostaria que
1554 a senhora pudesse confirmar esta informação no protocolo, acho que poderia
1555 até, se fosse o caso, Secretário, dar alguns minutos para que eles pudessem

1556 estudar. Cabe um esclarecimento, de fato é um pedido *ad referendum*. Ou
1557 seja, a Licença Prévia deste empreendimento já está emitida. E foi emitida
1558 com base nos dispositivos que assim autorizam e, portanto, as discussões que
1559 caberiam eventual pedido de vista ficam adstritas a algumas questões
1560 específicas.

1561 Veja, a questão de estudo de impacto ambiental, se o estudo abordou
1562 ou não abordou todos os modais, quem tem competência para fazer esta
1563 análise é exclusivamente o IAP. Claro, que todos os procedimentos foram
1564 submetidos as discussões, as audiências públicas, mas a gente não verifica
1565 aqui, com todo o respeito, não se verifica nos pedidos formulados por essas
1566 entidades uma verdadeira necessidade de melhor verificação de algum ponto.
1567 Aqui a equipe técnica está presente, está disposta a fazer algum
1568 esclarecimento, a colocar todos esses pontos de forma bastante clara, mas o
1569 que se verifica é que todas essas argumentações, inclusive uma delas bastante
1570 ácida dizendo que é ilegal a emissão da licença. Como é ilegal? Se é ilegal,
1571 nada há de ser tratado em um pedido de vista, judicialize. Aliás, gostaria de
1572 dizer também, a SPVS fez pedido de ingresso nos autos. Portanto, não há o
1573 que vocês fazerem pedido de vista. Vocês já judicializaram. Vocês são parte
1574 contrária. Então, como vão fazer pedido de vista? Vista é para quem quer
1575 esclarecer.

1576 Vou fazer uma proposição aqui, Secretário e demais Conselheiros, nós
1577 estamos tratando de pedido de vista não em um processo convencional, nós
1578 estamos tratando de um pedido de vista de um processo *ad referendum*. Ele
1579 já foi primeiramente apreciado pelo Presidente do COLIT, para ele as
1580 questões estão plenamente atendidas, e ele foi deferido.

1581 A Sra. Conselheira:- Só uma dúvida, mas a faixa entrou como *ad*
1582 *referendum*?

1583 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Sim

1584 A Sra. Conselheira:- Não está claro e não foi colocado aqui neste
1585 Conselho. Eu não me lembro disso, me desculpe.

1586 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Eu gostaria de
1587 concluir e a senhora vai entender.

1588 A Sra. Conselheira:- Eu gostaria de entender mesmo, porque não está
1589 claro que é *ad referendum*, quero que conste em Ata, por favor. *Ad*
1590 *referendum*, não foi citado. Vocês lembram disso, gente? Eu não lembro, eu
1591 não ouvi isso.

1592 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Basta a senhora ler
1593 no texto, está na nossa frente.

1594 A Sra. Conselheira:- Agora estou vendo.

1595 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Mas prosseguindo,
1596 por gentileza, Secretário e demais Conselheiros, há a previsão no Artigo 10
1597 do Regimento Interno, que inclusive foi base aqui para algum parecer. Diz
1598 assim: “Art. 10. O Conselho Pleno é órgão supremo diretivo e deliberativo
1599 do COLIT, sendo constituído pelo conjunto dos seus membros. Art.11.
1600 Compete ao Conselho Pleno, Inciso IX, deliberar sobre os casos omissos.”

1601 Eu gostaria de fazer um encaminhamento aos ilustres Conselheiros,
1602 porque nós estamos aqui diante de um pedido de vista, a meu ver, meramente
1603 protelatório. Há pedido de vista de pessoas que são parte em ação, que já
1604 manifestaram expressamente de forma antecipada na sua justificativa de que
1605 o procedimento à sua percepção é ilegal, portanto, o seu parecer já está dado.
1606 Outros argumentos como falta de parecer técnico, estou aqui afirmando que
1607 esse parecer está contido no protocolo, mas também não estão preocupados
1608 em vê-lo.

1609 Então, como se trata, a nosso ver, de um pedido de vista em processo
1610 *ad referendum*, portanto, não se trata de um pedido de vista convencional,
1611 eu encaminharia aos demais Conselheiros que o Plenário apreciasse pelo
1612 deferimento ou indeferimento desse pedido de vista. E se porventura,

1613 analisando escolher pelo indeferimento do pedido de vista, que na sequência
1614 já seja feita a votação do protocolo. (Palmas).

1615 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Questão de ordem.
1616 (Assentimento). Secretário, primeiro, não é só a SPVS que fez o pedido de
1617 vista, as quatro instituições fizeram. Nós temos quatro instituições, inclusive
1618 a Universidade Federal do Paraná. Segundo a gente não pode ir contra o que
1619 está no regimento. O Regimento Interno é claro, é direito o pedido de vista.
1620 Se não fosse direito pedido de vista em *ad referendum* isso deveria estar
1621 escrito no nosso regimento e não está. Então, não me lembro do nome do
1622 princípio, mas a gente tem esse direito sim. Está aqui, é esse o registro.

1623 Outra coisa, nós colocamos algumas justificativas, porque a gente não
1624 ia passar à tarde escrevendo. Inclusive eu gostaria que a gente pudesse
1625 entregar justificativas impressas, para a gente facilitaria muito do que estar
1626 tendo que transcrever na hora. Então, não coloquei todas as minhas
1627 justificativas, coloquei apenas uma ou duas que foram as mais rápidas.

1628 Então, se num próximo momento os Conselheiros pudessem trazer
1629 impresso esses pedidos de vistas, caso tivesse interesse, para que pudesse ser
1630 entregue e assim fazer uma redação maior. O problema é na hora ter que ficar
1631 horas, e você perde a atenção no que está sendo votado inclusive.

1632 O Sr. Secretário Executivo:- Dailey, me desculpe, você não quer que
1633 venhamos aqui na próxima reunião e eventualmente teríamos que trazer um
1634 computador para aqueles que solicitam vistas elaborassem um pedido de
1635 vista digital.

1636 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Não foi isso que
1637 eu disse Parodi, o que estou dizendo é facultar o direito a entregar, àquele
1638 que quiser, que já sabe que vai efetuar o pedido de vista, que venha e traga
1639 impresso o seu pedido de vista com as justificativas que couberem.

1640 Outra coisa, nós temos 'n' questões de justificativa em relação a essa
1641 faixa de infraestrutura. Foram colocadas algumas ali apenas para justificar o

1642 pedido de vista. Mas eu posso ler aqui, você fala tanto do parecer do IAP, o
1643 Parecer n.º 44 do IAP, o final dele nos diz o seguinte: “Em complemento,
1644 aos técnicos designados na resolução acima mencionada, reserva-se o direito
1645 de não emitir opinião de valor acerca do processo administrativo de
1646 licenciamento, que ainda está sujeita à análise técnica e jurídica e, em
1647 consequência disso, sem decisão definitiva.”

1648 Esse é o parecer do dia 19, é isso que está dito aqui, no próprio parecer
1649 do IAP os técnicos não estão assinando embaixo. Vocês me desculpem, esse
1650 processo todo, os questionamentos que foram feitos, a sociedade civil
1651 apresentou mais de cem questionamentos e pedidos de complementação a
1652 esse estudo de impacto ambiental que vai permitir essa Licença Prévia. Essas
1653 questões não foram respondidas. Isso já foi colocado, já foi oficiado, as
1654 respostas vieram remetendo ao estudo em sua maioria que era o que
1655 justamente estava sendo questionado. Então, não tem como. Desculpem. E
1656 são quatro Conselheiros, Paulo. Eu não sou advogada, como você mesmo
1657 lembrou, mas o *amicus curiae* entra no processo para oferecer a sua
1658 capacidade técnica. Ele não está fazendo juízo de valor, ele está entrando
1659 como parte interessada para oferecer aporte técnico. Então, por favor, o
1660 senhor nos respeite.

1661 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Obrigado. Acho que
1662 é importante mantermos um ambiente bastante elevado de discussão, acho
1663 que vaias não são necessárias. Enfim, gostaria de esclarecer à Conselheira o
1664 seguinte: essa menção que consta no parecer técnico, ao final, é
1665 fundamentada especificamente numa coisa que se chama hoje depressão
1666 técnica.

1667 Os técnicos hoje têm uma grande preocupação em se posicionar por
1668 conta da abusiva pressão que sofrem em diversos órgãos oficiais e não
1669 oficiais. Então, esta disposição é meramente uma reserva deles no sentido de
1670 dizer o seguinte: “Estou me manifestando, mas o que eu tenho a dizer está

1671 no parecer!” Em relação ao *amicus curiae*, de fato o *amicus curiae* entra
1672 como contribuinte ao processo para trazer informações, mas não são, neste
1673 caso, informações técnicas. E as observações feitas pela SPVS, eu lhes
1674 asseguro porque eu olho processo diariamente, não são nada do ponto de
1675 vista técnico. São manifestações jurídicas, como é de direito. Eles podem
1676 fazê-lo, mas ao fazê-lo eles perdem a condição, no meu ponto de vista, de
1677 poder apenas fazer uma observação técnica, como é o interesse aqui em
1678 nosso COLIT. Mas eles já têm uma parcialidade definida, eles já têm um
1679 posicionamento final definido, que é pelo não prosseguimento do protocolo.

1680 Assim também o é o Juliano que na medida em que se posiciona
1681 dizendo que o procedimento é ilegal, nada mais há o que fazer no âmbito
1682 administrativo. Que judicialize isso, não é verdade? Se há ilegalidade, que
1683 se aponte esta ilegalidade, mas para o Estado do Paraná o procedimento é
1684 legal. A competência para analisar o licenciamento é do IAP, por mais que o
1685 EIA diga isso ou aquilo estas questões foram analisadas. As respostas aos
1686 questionamentos evidentemente jamais serão satisfatórias para todos. Isso é
1687 uma coisa natural, uma coisa do estado democrático do direito, mas essas
1688 questões estão, todas elas, efetivamente respondidas.

1689 Então, gostaria de convocá-los a uma análise em alto nível desta
1690 questão, porque, me desculpem, a nosso ver parece realmente que falta um
1691 conteúdo mais específico para justificar um pedido de vista para um processo
1692 *ad referendum* com licença emitida. Lembrem-se disso: a licença já está
1693 emitida. A Licença Prévia foi emitida apenas para os modais que o IAP
1694 entendeu em condições de assim ser. Ou seja, a ferrovia, os dutos de gás
1695 foram retirados porque não havia viabilidade realmente do ponto de vista
1696 técnico. E isso tem que ser respeitado. A competência técnica do IAP tem
1697 que ser respeitada sim, por todos. Porque as audiências públicas são
1698 importantes, o estudo é importante, mas a decisão final é do ente licenciador
1699 e esse ente deferiu, salvo uma ilegalidade absurda, isso é válido em qualquer

1700 âmbito, administrativo ou judicial. E aquelas pessoas que não se conformam,
1701 me desculpem, a Constituição Federal é muito clara, o desenvolvimento
1702 ambiental tem que estar conciliado com o desenvolvimento econômico. As
1703 coisas não andam de forma destoada, de forma desapegada. São coisas que
1704 têm que ser analisadas conjuntamente. Este processo é um processo de
1705 interesse de Estado, não é de Governo. Não senhora, esta estrada é interesse
1706 de Estado, ela vai beneficiar não só a população local. Ela tem uma série de
1707 obras importantes como drenagem.

1708 Então, são coisas que eu acho que em um âmbito elevado de discussão,
1709 as ONGs poderiam ter também um crescimento na sua participação, nessas
1710 manifestações todas, na medida em que pudessem fazer manifestações
1711 sóbrias, participativas, propositivas de forma verdadeira.

1712 Então, o meu encaminhamento, Sr. Secretário, me desculpa, eu já me
1713 estendi demais, mas vai ser realmente esse. Tendo em vista que se trata de
1714 um pedido de vista sobre um processo *ad referendum*, ou seja, já com a
1715 licença prévia emitida, eu sugiro que o Conselho aprecie, porque diz aqui o
1716 Artigo 11 do Regimento: “Compete ao Conselho Pleno deliberar sobre casos
1717 omissos!” Então, que o Conselho delibere se realmente o que estou dizendo
1718 é um absurdo ou se é possível ou não esta questão. Até porque outros
1719 Conselheiros também levantaram esse ponto, e o Conselho delibere. Eu acho
1720 que a decisão do Plenário é soberana, e assim sendo é o meu
1721 encaminhamento, Sr. Presidente. (Palmas).

1722 O Sr. Presidente:- Ok.

1723 O Sr. Conselheiro Adalto Mendes Luders (ADETUR):- Toda esta
1724 discussão em função do pedido de vista, vocês me desculpem o pessoal das
1725 ONGs, mas vocês vão protelar por quarenta e cinco dias, na próxima reunião
1726 será trazido à votação e será aprovado este projeto. A maioria aqui quer esta
1727 rodovia. Infelizmente é uma causa perdida para vocês, a não ser que vocês
1728 tirem alguma coisa do baú para evitar isso.

1729 Então, vocês vão protelar por quarenta e cinco dias, no início de 2018
1730 vai ser trazido para o Conselho de novo e vai ser aprovado. O Turismo quer,
1731 todo mundo quer. Queremos o porto, queremos um terminal de navio,
1732 queremos muitas coisas aqui para o litoral que há décadas já deveria existir.

1733 Concordo, tem que ter a proteção ambiental. Eu acompanhei este
1734 projeto desde o início, ele é um limitador inclusive para a proteção ambiental
1735 da área esquerda em direção a Pontal. Vai acontecer como está acontecendo
1736 em Matinhos, vocês trancam tudo, é proibido tudo, não pode cortar uma
1737 árvore. E, por falta regulamentação, em Matinhos estão invadindo tudo, estão
1738 desmatando tudo, a cidade está enchendo de favelas porque os legítimos
1739 proprietários de loteamentos aprovados há décadas não conseguem derrubar
1740 uma árvore, e o pessoal invade. É o que vai acontecer aqui em Pontal, se não
1741 tiver um limitador, um canal, alguma coisa, fiscalizando essa área. Vocês
1742 vão acabar perdendo no futuro para invasores e para a desorganização que a
1743 gente tem, que o Estado tem de maneira geral.

1744 Então, Presidente, eu queria reiterar que não sendo votado hoje, daqui
1745 a quarenta e cinco dias a gente volta e aprova, a licença já foi emitida, as
1746 obras não vão começar imediatamente, vai ficar dentro do prazo de qualquer
1747 forma.

1748 O Sr. Presidente:- Temos o Conselheiro Juliano que solicitou a
1749 palavra, e aí vamos fazer o encaminhamento. Por favor.

1750 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Bom, se há invasão
1751 dessas áreas é por falta de fiscalização do município, não é por falta de
1752 regulamentação, regulamentação já existe. Então, é outro problema.
1753 Respondendo ao Procurador Paulo Glaser, que se judicialize, é o que você
1754 está sugerindo para nós. Aí, depois que a gente judicializa e o processo se
1755 enrola na justiça, a culpa é das ONGs. não é do processo que foi malfeito
1756 pelo Estado. Isso já aconteceu em um primeiro momento desta estrada
1757 quando foi emitido o edital que eram para fazer os estudos junto com o

1758 projeto executivo. Era um processo errado. Tanto que foi emitido um
1759 parecer, a juíza acatou e suspendeu naquele momento, e aí quem teve que
1760 aguentar um monte de gente falando que as ONGs eram contra o
1761 desenvolvimento, foi a gente e por culpa do Estado que fez um processo
1762 errado. Então, não é simplesmente só judicializar, lógico que é bem passivo
1763 de judicialização, mas este, no nosso entendimento, não é o melhor caminho.
1764 O caminho é o diálogo para a gente se entender e chegar a um ponto comum
1765 que seja bom para todos.

1766 E o senhor se coloca em contradição, uma vez que a gente tem que
1767 respeitar já que nem todos os questionamentos foram respondidos a contento,
1768 mas ao mesmo tempo nós não somos respeitados quando do pedido de vista.
1769 Vocês tem que bater contra a nossa solicitação e a gente tem que entender a
1770 resposta que vem do IAP, sem que a gente possa fazer uma análise e ponderar
1771 como a gente já fez em outros casos e continua sem respostas.

1772 Então, eu também li o EIA/RIMA e fiz perguntas que de fato não
1773 foram respondidas. Não é só entendimento, não é só picuinha, não é só para
1774 prorrogar esse processo.

1775 O Sr. Presidente:- Por favor.

1776 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Presidente,
1777 para ser breve, gostaria de solicitar que este encaminhamento, que estão
1778 tentando empurrar de maneira desagradável, estou me sentido em coerção,
1779 chantageado, estou no meu horário pleno de exercício, desde às 8h da manhã,
1780 quando eu estive no gabinete do reitor, conversando com as autoridades da
1781 universidade explicando que nós temos um compromisso institucional, com
1782 a governança ambiental natural do Paraná, entre outras tantas
1783 responsabilidades, e eu também tinha feito solicitações de requerimento no
1784 início que eu pretendo fazê-las dentro desta reunião de hoje.

1785 Então, gostaria de sugerir que fosse encerrada esta tentativa de coerção
1786 e de empurrar, porque acho que não é por aí. Nós não estamos fazendo

1787 governança, nós estamos começando a entrar em uma outra ceara. É como
1788 me sinto, um funcionário público em pleno exercício. Espero não ser
1789 insultado.

1790 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Eu tinha pedido a
1791 palavra, Presidente.

1792 O Sr. Presidente:- Sim.

1793 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Bom, nós
1794 realmente somos minoria no Conselho, a gente normalmente perde todas as
1795 nossas reivindicações, as coisas que nós colocamos aqui. No entanto, nós
1796 ainda continuamos tentando contribuir com o litoral do Paraná, apesar de
1797 muita gente achar que na realidade é ao contrário.

1798 Nós não conseguimos ser propositivos neste Conselho, que foi uma
1799 crítica que você fez e é uma crítica a todos os Conselheiros, eu estendo isso
1800 a todos nós, porque ser propositivo é tentar vir com algo diferente do que
1801 aqui é sempre colocado. Por quê? Porque nós hoje apenas votamos processos
1802 de licenciamento. O nosso tempo como Conselheiros é gasto com isso e se
1803 formos ver as atribuições deste Conselho, que são várias, está lá no começo
1804 do decreto, entre elas, a gente vê: pensar de forma integrada o
1805 desenvolvimento do litoral do Paraná; fazer proposições em termos legais;
1806 auxiliar o Governo do Estado, cooperar tecnicamente com os municípios,
1807 promovendo elaboração de planos, de estudos e projetos, pensando o
1808 desenvolvimento urbano; a modernização administrativa; pensar o uso do
1809 solo no litoral do Paraná de forma integrada.

1810 Então, são várias as atribuições do Conselho que infelizmente hoje não
1811 são cumpridas. Elas não são cumpridas porque a nossa agenda hoje se
1812 restringe à análise de processos de licenciamento, que é apenas uma das
1813 nossas atribuições. E isso todos nós sabemos quais as razões, porque ao invés
1814 de fazermos o olhar integrado do litoral, a gente compartimenta-o votando
1815 os processos ou grandes processos de licenciamento, sem olhar o todo, sem

1816 ter uma análise de impacto sinérgico, porque tudo isso que nós votamos de
1817 forma isolada aqui, tem uma consequência global que é desconsiderada
1818 muitas vezes na maioria desses estudos.

1819 Então, eu reitero os nossos pedidos de vista. Eu sinceramente espero
1820 que a proposta da Procuradoria Geral não seja aceita, porque isso é ilegal.
1821 Nós temos um artigo no nosso Estatuto que prevê o pedido de vista, ele não
1822 discrimina que não pode ser pedido. Então, o *ad referendum* entra neste
1823 pedido de vista. Nós apresentamos justificativas, se nos derem tempo
1824 podemos dar milhões de justificativas. Então, nós temos o direito de estar
1825 aqui hoje, como Conselheiros, para tentar contribuir e como disse o colega,
1826 de qualquer forma, daqui a quarenta e cinco dias, esse processo volta, apesar
1827 de que a gente vai se esmerar e vai fazer um parecer muito bem-feito e
1828 tecnicamente em relação a isso. Nós estamos discutindo este processo aqui e
1829 agora, senão a gente pede que este Conselho seja dissolvido, já que daqui há
1830 quarenta e cinco dias isso vai passar. Então, não há necessidade de ter este
1831 Conselho e não há necessidade desta discussão.

1832 O Sr. Presidente:- Por favor.

1833 O Sr. Conselheiro Paulo Henrique Mariano (SETI):- Não é novidade
1834 aqui para ninguém que a questão da faixa de infraestrutura tem sido muito
1835 polêmica. Eu queria ponderar algumas coisas em como o processo foi feito.

1836 A gente discute muito aqui atualmente a questão da finalidade de uma
1837 política, e é um Conselho social, paritário, como muitos outros que a gente
1838 participou cotidianamente, e basicamente como todo o Conselho o objetivo
1839 é chegar a um consenso, o consenso da política. Eu digo isso porque aqui
1840 várias, por exemplo a ponderação das ONGs foi acatada, várias vezes
1841 algumas condicionantes que eles levantaram foram colocadas, e hoje mesmo
1842 a questão sobre a discussão do primeiro item do Conselho foi discutido. Até
1843 houve algumas ponderações sobre o caráter minoritário no Conselho. Se

1844 houvesse intenção do Conselho em desconsiderar o posicionamento de
1845 vocês, a gente poderia ter deliberado o contrário no começo da reunião.

1846 Então, queria ponderar algumas coisas. Se a gente não consegue
1847 chegar ao consenso, a alternativa do Conselho, como órgão colegiado, é a
1848 deliberação. E a deliberação se impõe ou por que as partes não conseguem
1849 conversar ou por que o tempo impede que as conversas cheguem a um bom
1850 fruto. No caso aqui estamos discutindo uma decisão *ad referendum*. A
1851 primeira coisa que eu queria ponderar é, como ponderou o procurador, o
1852 órgão responsável é o IAP. O IAP já emitiu a licença e está sendo trazida
1853 para ser referendada aqui. Já foi emitida a licença, ela tem uma cadeia de
1854 responsabilidade.

1855 Por que estou ponderando isso? É muito mais do que a vontade política
1856 ou a pressão pública do litoral. Esses técnicos do IAP têm uma
1857 responsabilidade profissional ali, ninguém está julgando que eles não tenham
1858 responsabilidade. Eu não tenho por que acreditar que eles estejam jogando a
1859 sua carreira ou sua reputação, como foi citado aqui anteriormente, na lata do
1860 lixo. Eles têm esse interesse. E por que estou falando isso? Como é uma
1861 decisão *ad referendum*, até que o Conselho delibere por derrubar a ação do
1862 Presidente, ela permanece válida.

1863 Então, a questão: “Ah, daqui há quarenta e cinco dias a gente
1864 delibera!” Não é! Daqui a quarenta e cinco dias a gente confirma uma decisão
1865 que surte efeito desde já. Por isso eu entendo que, por se tratar de um
1866 processo *ad referendum*, a gente tem urgência de deliberar justamente por
1867 conta disso, a decisão está válida. Se entendermos que a decisão está coberta
1868 por ilegalidade, muito além da possibilidade da judicialização, que acredito
1869 não seja o melhor caminho, neste mesmo processo a gente já viu. A gente
1870 teve a audiência pública e até o momento da audiência a gente não sabia se
1871 ia correr ou não, lá na Associação do Banestado.

1872 Então, eu acredito que é muito importante que a gente delibere. E
1873 entendo que o Conselheiro tem o direito do pedido de vista e não se pode
1874 cassar o direito de vista, até porque eu entendo que no futuro eu posso julgar
1875 necessário um pedido de vista, só que aqui, neste caso, a decisão por ser *ad*
1876 *referendum* impõe uma deliberação e impõe que a decisão permanece válida
1877 até que o Conselho opte por derrubar.

1878 O Sr. Presidente:- Ok.

1879 A Sra. Conselheira Elenise Sipinski (SPVS):- Eu só quero reforçar
1880 aqui que o próprio parecer técnico do IAP mostra insegurança dos técnicos
1881 em relação ao parecer positivo. Está escrito aqui que os técnicos não estão
1882 seguros. E esta pressão que eu estou sentindo aqui, será que os técnicos não
1883 sentem essa pressão lá? Será que não tem uma pressão para aprovar esse
1884 empreendimento? Vejam, está difícil. A vontade realmente é “vou aceitar
1885 porque estou sendo muito pressionada!” Eu fico pensando como esses
1886 técnicos desses órgãos não são pressionados também? Por favor, leiam aqui,
1887 tem vários parágrafos que mostram que os técnicos têm dúvida. Desculpem-
1888 me.

1889 O Sr. Presidente:- Ok. Última manifestação e eu farei o
1890 encaminhamento na sequência. Por favor. Aí a diretora da área vai falar.

1891 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- A última ponderação que eu
1892 gostaria de fazer é que qualquer documento público elaborado e que vai gerar
1893 uma responsabilidade para qualquer técnico, ele tem uma ponderação no
1894 final. Todo técnico naturalmente vai tentar diminuir o risco da sua
1895 manifestação, porque naturalmente ele não detém todas as informações do
1896 processo. Muita coisa não está nos autos, e isso é natural. O próprio
1897 Procurador pode falar, qualquer parecer da PGE, por exemplo, vem com a
1898 menção expressa lá: “Analisamos essencialmente a legalidade, não
1899 estávamos analisando o mérito!” Isso é natural, e não me parece um

1900 argumento forte o suficiente para derrubar uma deliberação do Presidente ou
1901 uma deliberação qualquer, porque é o cotidiano da administração.

1902 A Sra. Edilaine Vieira (IAP):- Eu só gostaria, já que os técnicos foram
1903 citados, meu nome é Edilaine Vieira, Diretora de Licenciamento da Diretoria
1904 que conduziu esse processo. Em nome da equipe técnica que conduziu este
1905 processo, quero deixar bem claro que não houve nenhum tipo de pressão, até
1906 por isso que este processo levou todo o tempo que levou para ser analisado,
1907 porque os técnicos analisaram sim cada um dentro da sua especialidade, sim
1908 cada item. E por isso a licença saiu com a exclusão dos modais que os
1909 técnicos entenderam sim que era necessário excluir.

1910 Então, não houve, de forma alguma, por parte do IAP, do Governo,
1911 nenhum tipo de pressão. Os técnicos são técnicos de carreira, cada um analisa
1912 o geral, mas dentro da sua especialidade. Eu acho que é até uma falta de
1913 respeito com os técnicos dizer que os técnicos foram coagidos de alguma
1914 forma, porque os técnicos do IAP têm a sua autonomia e respeito por aquilo
1915 que estão fazendo. Nós pedimos que a sociedade em geral respeite isso,
1916 porque a falta desse respeito que tem levado ao IAP a descredibilidade que
1917 chegou. (Palmas).

1918 O Sr. Presidente:- Senhoras e senhores Conselheiros: levando em
1919 consideração todo o debate amplo que já se fez acerca desse assunto,
1920 inclusive as audiências públicas, em relação à manifestação expressa nos
1921 processos por todos os técnicos envolvidos, um número expressivo; levando
1922 em consideração com certeza absoluta, a maioria absoluta da sociedade;
1923 inclusive levando em consideração a opinião jurídica do Dr. Paulo Glaser,
1924 não só escrita mas também aqui manifestada, inclusive a licença já foi
1925 concedida *ad referendum*; levando em consideração que a legislação
1926 ambiental brasileira é muito rígida, nós temos aí neste processo um número
1927 expressivo de condicionantes, esta licença é Licença Prévia, todas as demais
1928 licenças terão que ser ainda analisadas, e toda a licença, de acordo com a

1929 legislação, exige uma compensação expressiva; levando em consideração
1930 esses argumentos e logicamente os demais já citados, nós temos uma por
1931 parte das ONGs, o pedido de vista, e também temos várias manifestações
1932 propondo que o pleno decida se devemos conceder vista ou não. Então, de
1933 acordo com o Artigo 11, coloco em votação. (Pausa).

1934 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Presidente,
1935 a Universidade Federal do Paraná não retira o pedido de vista. Quando você
1936 diz que toda a sociedade absoluta, não é verdade. Este Conselho não é
1937 paritário. É bem delicado, a gente tem que conduzir o processo. Vamos
1938 aceitar o processo de acordo com o regimento, respeitar a lei.

1939 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. O que você está dizendo está
1940 gravado, o que eu disse também.

1941 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- O reitor da
1942 universidade que me nomeia e me dá confiança para eu estar aqui, com quem
1943 que converso sobre esses assuntos terá que se manifestar institucionalmente
1944 também. Acho que é importante para que a gente não reproduza conflitos e
1945 faça governança, construa processos. (Palmas).

1946 O Sr. Presidente:- Respeitamos todas as opiniões, quando eu citei eu
1947 falei a maioria da sociedade, não disse a totalidade. Respeito todas as
1948 opiniões, vocês sabem disso. Sempre respeitei.

1949 Então, para que os Conselheiros saibam o que estamos encaminhando.
1950 Há pedidos de vista por parte das ONGs amplamente debatidos e também há
1951 manifestações para que o pleno decida se a gente deve ou não conceder o
1952 pedido de vista, já que a licença *ad referendum* já foi emitida tanto pelo
1953 Presidente do COLIT com o aceite e também logicamente pelo IAP. Então,
1954 vou colocar em votação...

1955 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Presidente,
1956 quando o senhor coloca as ONGs ...

1957 O Sr. Presidente:- Está totalmente registrado. Estou fazendo referência
1958 a todos que pediram vista, você sabe o que estou dizendo. Por favor.

1959 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- A
1960 universidade não é ONG, universidade é diferente de ONG...

1961 O Sr. Presidente:- Está em votação. Quem for favorável...

1962 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Presidente,
1963 isso é legitimidade na sua opinião? É a melhor condução deste Conselho, que
1964 há quinze anos não discute um Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro,
1965 desobedecendo uma lei estadual? Ele não utiliza os instrumentos que
1966 existem. É por isso que ele está neste estado temeroso, bastante complicado,
1967 sem condições para tomar esta decisão. Não cabe ao pleno cassar o direito
1968 de pedido de vista. Não cabe ao pleno. Isso não vale.

1969 O Sr. Presidente:- Ok. Já discutimos amplamente, com todo o respeito,
1970 então está em votação. Os Conselheiros contrários ao pedido de vista, por
1971 favor, se manifestem erguendo o cartão de votação. (Palmas). Com 22 (vinte
1972 e dois) votos favoráveis, nenhuma abstenção e 05 (cinco) votos contrários,
1973 APROVADO.

1974 Antes de abrir a palavra para algumas pessoas que não são
1975 Conselheiros, concedo a palavra ao Presidente da Associação Comercial de
1976 Pontal e, na sequência, o Juliano fala.

1977 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Eu queria, em nome da
1978 população de Pontal do Paraná, agradecer o apoio de Matinhos, Guaratuba,
1979 Paranaguá e de todos que vieram aqui hoje para defender Pontal do Paraná.
1980 Pontal do Paraná não merece viver a realidade que vive hoje. Estamos à
1981 mercê, refém das invasões, das ocupações irregulares e os argumentos são
1982 sempre os mesmos, porque as posições contrárias sempre se sustentam em
1983 cima do papagaio-de-cara-roxa, do Parque Nacional do Saint-Hilaire, do
1984 Parque Nacional do Superagui. É sempre a mesma cantilena, com a única
1985 intenção de postergar esta decisão, enquanto isso a cidade sofre. Criamos

1986 hoje uma das maiores favelas do litoral do Paraná. Nós precisamos mudar
1987 isso. A cidade não pode mais continuar refém dessa republicana
1988 ambientalista irresponsável, que não mede consequências quando coloca as
1989 suas posições. Atrasar um mês, um ano, é a vida de quantas pessoas aqui?
1990 Somos comerciantes, estamos passando agruras, altos problemas, a
1991 economia da cidade está falida. Eu peço a compreensão de todos. Agradeço,
1992 para que a gente possa encerrar hoje esta discussão e virar esta página. Muito
1993 obrigado. (Palmas).

1994 O Sr. Presidente:- Juliano, desculpa, antes preciso fazer uma correção,
1995 nós vamos colocar em votação agora o item quatro da pauta, Protocolo
1996 12.142.516-5, que logicamente se refere à faixa de infraestrutura. Os
1997 companheiros favoráveis ao Protocolo 12.142.516-5, por favor, se
1998 manifestem erguendo o cartão de votação. APROVADO, com 22 (vinte e
1999 dois) votos favoráveis, 04 (quatro) votos contrários, abstenção... (Palmas).

2000 Com a palavra, Juliano.

2001 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Mar Brasil):- Quero que registre em
2002 Ata, Secretário, que pela segunda vez o senhor infringiu o regimento e está
2003 podando o direito do Conselheiro de pedir vista. Não é a primeira vez, é a
2004 segunda vez. E, por fim, uma sugestão que dou, estranhamento voltou à
2005 discussão a faixa de infraestrutura que foi pedido vista e não voltou outras
2006 discussões que foram pedido vista.

2007 Então, é uma pressão muito grande. Agora com o *ad referendum*, o
2008 próprio Secretário pode aprovar o que bem entende, a sugestão é que feche
2009 o COLIT, que a gente encerre aqui hoje, talvez seja a última reunião. Não
2010 existe motivo para virmos aqui discutir. Com todo o respeito aos demais
2011 Conselheiros, eu duvido que outros Conselheiros tenham lido esses
2012 processos como os quatro aqui leram, as três ONGs e a universidade. Aí a
2013 gente vem com um respaldo técnico, atendendo ao que diz a legislação e
2014 principalmente o SISNAMA, e aí a gente é mais uma vez atropelado como

2015 foi também o Plano Diretor. Então, Secretário, minha sugestão é que encerre,
2016 que feche o COLIT, economiza tempo de muita gente. A gente tem aqui o
2017 Secretário de Estado, prefeitos que poderiam estar fazendo muitas outras
2018 coisas e estamos discutindo algo aqui que já foi chancelado.

2019 O Sr. Presidente:- Juliano, todo autoridade avalia, como já disse e vou
2020 falar pela terceira vez, todos os aspectos de ordem jurídica, legal, e também
2021 tenho noção ambiental do que estamos discutindo aqui. E o COLIT hoje é
2022 respeitado pela maioria absoluta da sociedade paranaense, de maneira mais
2023 específica no litoral, que entende. E esse fórum aqui está discutindo de
2024 maneira muito responsável questões importantes para o desenvolvimento
2025 sustentável do litoral.

2026 É claro que as opiniões são divergentes, a democracia existe para isso,
2027 precisamos conviver e saber lidar com a democracia. Eu sei lidar com a
2028 democracia. Por isso respeito tudo o que foi dito e peço que vocês também
2029 respeitem a nossa opinião. É claro, nós não queremos que nada seja
2030 judicializado, nós não trabalhamos para isso, se bem que esse risco sempre
2031 existe, mas são ossos do ofício que precisamos enfrentar. Ok.

2032 Mas gostaria, de mais uma vez, de pedir paciência, seguindo o mesmo
2033 critério, para não ser injusto com o Prefeito de Antonina, voltando na pauta
2034 da reunião o item número três da pauta, Protocolo 14.832.909-5, que se
2035 refere *ad referendum* da Ponta do Félix. Também vamos colocar em votação,
2036 seguindo o mesmo critério. Os Conselheiros contrários ao pedido de vista,
2037 manifestem-se erguendo o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com
2038 22 (vinte e dois) votos favoráveis e nenhuma abstenção. (Palmas).

2039 Seguindo o mesmo critério para deliberar, Protocolo 14.832.909-5. Os
2040 Conselheiros favoráveis ao processo *ad referendum* da Ponta do Félix, por
2041 favor, manifestem-se erguendo o cartão de votação. (Pausa). APROVADO,
2042 com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 05 (cinco) votos contrários e
2043 nenhuma abstenção. (Palmas).

2044 Com a palavra, Conselheiro Gobbi.

2045 O Sr. Conselheiro Eduardo Felga Gobbi (UFPR):- Boa tarde a todos.

2046 Em função da posição do meu colega eu acabei sendo forçado a falar.

2047 Eu fui cedido ao Governo de Estado em 2011, passei quatro anos no
2048 Governo de Estado e sou o idealizador da faixa de infraestrutura. Eu passei
2049 três anos trabalhando duramente, o Juliano é testemunha disso, já me
2050 coloquei à disposição de vocês várias vezes para a gente discutir esse assunto
2051 e nunca ninguém quis. A gente fez uma governança extraordinária em nível
2052 federal, com a empresa de planejamento de logística do Governo Federal,
2053 com a Diretoria do Ibama do Governo anterior, com o município, com todas
2054 as governanças envolvidas para a gente construir a ideia da faixa. Discordo
2055 em gênero, número e grau de você, daquela contratação que você falou aqui
2056 da juíza. Se tivéssemos feito aquilo estava legalizado e estaria tudo mais bem
2057 terminado e resolvido de forma legal.

2058 Então, eu quis fazer este contraponto, porque eu sou o autor da
2059 concepção da faixa de infraestrutura, acho uma pena, uma coisa tão legal,
2060 que a gente podia ter avançado tanto em termos de discussão para o litoral
2061 paranaense e perdermos esta grande oportunidade, infelizmente chegamos
2062 neste ponto desnecessariamente. Então, só queria me posicionar porque eu
2063 também sou da universidade federal do Paraná, estive representando
2064 oficialmente a universidade, fiz uma reunião no gabinete do reitor atual, com
2065 toda a Aciapar recentemente agora em fevereiro, colocando ao reitor o que
2066 estava acontecendo aqui. Então, só para deixar bem claro que eu tenho o
2067 maior respeito pela sua opinião, pela sua posição, mas, claro, eu senti a
2068 minha opinião bastante afetada e não posso concordar com isso. Eu tenho
2069 certeza absoluta que esta proposta é uma proposta dentro da linha do
2070 desenvolvimento sustentável, foi discutida uma porção de questão
2071 relacionada a isso. Juliano, não adianta você fazer assim, está entendendo.

2072 Eu me coloquei à disposição para discutir com vocês várias vezes, vocês
2073 nunca me ligaram, vocês nunca quiseram discussão.

2074 Então, só quero colocar aqui a posição também de um professor da
2075 Universidade Federal do Paraná, que participou ativamente. Coloco-me à
2076 disposição para ir lá trincheira, onde você estiver trabalhando, explicar para
2077 vocês para a gente discutir em conjunto, discutir o gerenciamento costeiro.
2078 O meu Doutorado é em Gerenciamento Costeiro, quem projetou o canal de
2079 macro drenagem, quem coordenou o plano de macro drenagem do litoral
2080 inteiro fui eu em 2007. Então, queria deixar isso bem claro, porque eu
2081 realmente me senti bastante ofendido aqui com a posição do meu colega na
2082 medida em que ele foi bastante agressivo e eu, de certa forma, estou aqui me
2083 defendendo.

2084 E digo mais, quando eu construí a ideia da faixa foi porque nós
2085 tínhamos aqui em Pontal do Paraná um estudo de impacto ambiental do Porto
2086 Pontal elaborado pela equipe inteira da Universidade Federal do Paraná que
2087 escreveu pedindo esta estrada. Está lá, uma equipe da UFPR, em duas
2088 audiências públicas escrevendo, pedindo esta estrada, o licenciamento
2089 ambiental da Melport tem participação aprovada de pessoas da Mar Brasil,
2090 aprovando e escrevendo que aquele empreendimento é viável, a Subsea
2091 Seven um empreendimento também com participação maciça de professores
2092 da Universidade Federal do Paraná dizendo que o empreendimento é
2093 ambientalmente viável. Aí, depois, vocês vêm dizer que a estrada não pode
2094 ser construída, que a faixa não pode ser construída? É uma brincadeira! É
2095 claro que quando eu chego no Governo e encontro cinco estudos de impacto
2096 ambiental - aliás, estou falando de Pontal, mas posso ir lá para Matinhos,
2097 posso ir para os portos de Paranaguá. Todo mundo participou de tudo, todo
2098 mundo é corresponsável de tudo isso, porque eles escreveram, está escrito lá
2099 e aí claro, eu chego no Governo, e me sinto altamente confortável em
2100 articular uma política pública do qual pessoas tão brilhantes da minha

2101 universidade, colegas meus, participaram da elaboração dos estudos e
2102 garantido a viabilidade ambiental...

2103 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Presidente,
2104 virou palanque e o senhor perdeu o controle há muito tempo. Virou palanque
2105 de membros externos agora? É uma pergunta.

2106 O Sr. Conselheiro Eduardo Felga Gobbi (UFPR):- Eu estou satisfeito.

2107 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Já deu o
2108 recado. Está tudo certo. Só gostaria de saber se o Professor conhece a Lei
2109 Estadual 13.164/2001.

2110 O Sr. Presidente:- Com a palavra, o prefeito Casquinha e na sequência
2111 o Pepe, aí nós sugerimos o encerramento.

2112 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):-
2113 Provavelmente não. E eu tenho três requerimentos na abertura do pleno.

2114 O Sr. Presidente:- Sim, só um minutinho.

2115 O Sr. Conselheiro Marcos Fioravante (Prefeito de Pontal do Paraná):-
2116 Este debate aqui hoje foi um debate muito bom, estou gostando de ver, mas
2117 eu gostaria de lembrar que há muitos anos, na região de Praia de Leste,
2118 Canoas, Ipanema, houve uma agressão ao meio ambiente. Eu era garoto dos
2119 meus oito ou nove anos, eu me lembro, havia os combros, hoje não se chama
2120 mais de combros, são dunas, mas os nativos chamavam de combros. E eu ia
2121 lá pular de cima, porque as máquinas estavam embaixo tirando aquela areia
2122 para aterrar o trecho de Guaraguaçu até Praia de Leste. Saiu muita areia dali,
2123 muita terra. Os veículos entravam por Guaraguaçu e saíam pela Estrada
2124 Ecológica, vinham ali pelo Guapê e viam pela praia. Esperavam a maré
2125 baixar para vir pela Praia de Leste, sentido Matinhos, enfim, tempo gostoso
2126 aquele.

2127 Sem contra também que todo o trecho ligando Paranaguá a Matinhos
2128 foi compactado com o cascalho que é o sambaqui, não só este trecho como
2129 também a região do Balneário Praia de Leste, Balneário Canoas. Lembro-me

2130 quando foi feito aquele loteamento, Balneário de Ipanema, esses aí. Tiravam
2131 caminhões e caminhões de sambaqui, lembro-me também que do alto do
2132 morro pulava lá embaixo, coisa de piazada. São coisas que me recordo muito
2133 bem.

2134 Isso tudo foi feito, eu acredito que sem esse debate que está tendo hoje
2135 aqui. Vai haver agressão à natureza? Vai. Mas por que sou favorável? Porque
2136 está sendo elaborado por técnicos, está sendo feito por pessoas que sabem o
2137 que estão fazendo e com certeza vai haver uma compensação.

2138 Juliano, quando você falou que a invasão acontece por falta de
2139 fiscalização, realmente eu acho que a fiscalização é falha, concordo. Mas
2140 uma invasão, da noite para o dia, formam-se barracos, nem barraco uma lona,
2141 com família e com crianças, não se consegue mais tirar essa família do local.
2142 É muito difícil, não é impossível, mas é muito difícil e isso acontece muito
2143 aqui na região de Pontal do Paraná, acontece na região de Matinhos onde o
2144 desmate, ver uma árvore derrubada como um guanandi dói no coração. E
2145 isso está sendo feito aleatoriamente sem acompanhamento. Por isso que sou
2146 favorável, extremamente favorável a esta rodovia, porque está tendo
2147 acompanhamento e vai trazer o progresso para o nosso município que
2148 precisamos. Obrigado

2149 O Sr. Presidente:- Obrigado. Nós estamos encaminhando para o
2150 encerramento, o professor tem requerimentos, vai fazer por escrito ou
2151 verbal?

2152 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- Vou colocar
2153 de maneira verbal, sem fazer palanque.

2154 O Sr. Presidente:- Por favor.

2155 O Sr. Conselheiro Daniel Hauer Queiroz Telles (UFPR):- O Professor
2156 Eduardo não sei se estava atuando como consultor ou como professor nas
2157 suas ideias, mas realmente é uma lástima. Não conseguimos dialogar no

2158 âmbito da universidade e este processo ter sido tão acelerado em quanto
2159 poderia ser mais qualificado, como na sua própria fala foi possível notar.

2160 Primeiro queria me posicionar institucionalmente, mais uma vez, com
2161 o aval e confiança e nomeado por portaria em Diário Oficial do reitor da
2162 universidade, como membro representante da Universidade Federal do
2163 Paraná. Esta universidade é a favor do desenvolvimento sustentável do litoral
2164 paranaense desde os princípios da legalidade. Parece bobo, mas é um ponto
2165 que pode ser que não esteja muito bem resolvido no próprio Conselho,
2166 sempre com base técnica tanto do ponto de vista multidisciplinar como de
2167 tramitação. A tramitação também é um ato técnico, sabemos disso. Então,
2168 têm muitas coisas que poderão ser encaminhadas aqui. Peço que a população
2169 de Pontal não fique condenando um ato por ele estar buscando agir dentro
2170 da lei.

2171 Bom, a universidade, então, desde a vice-reitora hoje de manhã, está
2172 pronta a participar em seu quadro técnico na elaboração de uma política de
2173 desenvolvimento sustentável do litoral à luz da legislação. A legislação
2174 ambiental não pode ser deixada de lado, porque este Conselho está dentro da
2175 Secretaria Estadual de Meio Ambiente, colaborar com a atuação do COLIT
2176 em suas múltiplas atribuições, não somente na de licenciamento.

2177 Então, este Conselho tem uma ação muito reduzida dentro das
2178 diferentes atribuições, porque se ele tivesse atuando como um planejador
2179 territorial, responsável técnico pelo ordenamento territorial do litoral, em
2180 seus mais de trinta anos, teria à disposição vários instrumentos do
2181 gerenciamento costeiro, que o colega diz ser especialista, mas não parece que
2182 existe o instrumento de gerenciamento costeiro à disposição do litoral
2183 paranaense até hoje. Ainda que a Lei Estadual 13.164/2001 dispõe sobre a
2184 zona costeira do Paraná e outras providências, ela cita a importância e
2185 necessidade de implantação de um Plano Estadual de Gerenciamento
2186 Costeiro. Um dos instrumentos, Eduardo. Então, por que há mais de quinze

2187 anos este instrumento não foi colocado, sendo que ele já tem uma
2188 prerrogativa legal? Mais um fator que nos deixa preocupados com relação às
2189 atuações do Conselho do Litoral.

2190 Então, retomar esta continuidade, a continuidade desta Lei 13.164,
2191 para a gente construir uma política de gerenciamento costeiro. O Presidente
2192 colocou que a Amlipa está sendo já aproximada no sentido de alguma coisa
2193 semelhante, vamos fazer dentro da lei, da Lei Federal do Plano Nacional de
2194 Gerenciamento Costeiro, ela possibilita uma série de ações. São
2195 instrumentos. Quando não há instrumentos, há este tipo de situação que a
2196 gente viu hoje, é outro tipo de relação de força.

2197 E gostaria, então, de encaminhar os requerimentos. Um deles, de
2198 acordo com o regimento, não sei se o regimento está podendo ser utilizado,
2199 como ele acabou de ser ferido, um requerimento de esclarecimento. Primeiro
2200 que conste em Ata, por gentileza, requerimento de esclarecimento: Por que
2201 da ausência de paridade na composição do Conselho do Litoral? Não sei
2202 quando esta resposta pode ser realizada, ou se podemos dar encaminhamento
2203 de uma Comissão Temática para a gente ganhar em governança. Segundo
2204 requerimento que, por favor, conste em Ata também, Secretário. É um
2205 requerimento de providência, que o Conselho do Litoral atue em
2206 consonância com o Sistema Nacional de Meio Ambiente.

2207 Então, nós temos uma Política Nacional de Meio Ambiente do início
2208 da década de 80 e o SISNAMA ajuda muito nas articulações com os órgãos
2209 municipais ou do próprio Estado ou sub-regionais, como os Comitês de
2210 Bacias ou até o próprio Conselho Nacional de Meio Ambiente e até o próprio
2211 Ministério, os executivos e as instâncias de governança. A gente não tem esta
2212 articulação, a gente não teve a resposta do Conselho Municipal de Meio
2213 Ambiente de Pontal do Paraná sobre a faixa. Mais uma lacuna, no mínimo,
2214 importante, que conste em Ata, por gentileza.

2215 Então, esta falta de articulação no SISNAMA do COLIT é muito séria.
2216 E a atribuição número dois do COLIT, diz: “Colaborar junto aos poderes
2217 públicos!” Não foi possível notar isso com relação ao exemplo do Conselho
2218 Municipal de Meio Ambiente, quem sabe outros Conselhos de Bacia
2219 Litorânea, Conselhos Gestores de Unidade de Conservação, está muito
2220 ausente esta articulação. O COLIT tem trabalhado de maneira isolada.
2221 Vamos questionar a legitimidade deste Conselho por conta disso também.

2222 E o último requerimento, que conste em Ata, por gentileza, terminando
2223 a minha fala, agradeço a paciência de todos, é de providência, que conste em
2224 Ata, repetindo, que o COLIT protagonize no âmbito da Secretaria Estadual,
2225 Presidente, da qual o senhor está à frente, uma agenda dentro da legislação.
2226 É importante a gente ressaltar, porque a legislação existe e a gente parece
2227 estar às margens dela, uma agenda de gerenciamento costeiro do Paraná. Esta
2228 agenda de gerenciamento costeiro, não sei se o professor que é especialista
2229 na área sabe, está sendo rediscutida no âmbito do Ministério de Meio
2230 Ambiente. Existe uma gerência costeira com um Diretor, que vem
2231 articulando eventos sucessivos no grupo de integração GI-Gerco onde a
2232 sociedade civil é representada e convidada a discutir os planos de ação
2233 federal da zona costeira. São projetos dentro do gerenciamento costeiro do
2234 plano nacional que são renovados a cada dois anos e discutem o futuro de
2235 prioridades da política pública para qualquer litoral brasileiro.

2236 E, por último, tem um G-17, o grupo dos dezessete estados litorâneos
2237 que se reúnem para trocar experiências sobre as suas diferentes realidades e
2238 as suas governanças. O Paraná e mais um estado brasileiro foram os únicos
2239 que estiveram ausentes das duas últimas reuniões que aconteceram em
2240 Florianópolis e Rio Grande, 2015 e 2016, na reunião do Grupo 17.

2241 Gostaria, então, de esclarecimentos, de providências com relação a
2242 esta ausência na Política Nacional de Gerenciamento Costeiro que o Brasil

2243 está atuando e o porquê disso, porque parece que é uma maneira de
2244 desmobilizar e conseqüentemente deslegitimar o próprio COLIT.

2245 Finalizando, gente, pode ser encaminhado, gostaria de saber os
2246 encaminhamentos, se vão ser com Câmaras Técnicas Permanentes em
2247 termos de cooperação. A Universidade Federal do Paraná está à disposição
2248 da Secretaria Estadual de Meio Ambiente para retomar o seu prestígio na
2249 governança do meio ambiente do Paraná e do seu litoral.

2250 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. Por favor, Professor, encaminhe por
2251 ofício para a SEMA que faremos a análise de todas as suas sugestões.

2252 No intuito de encaminhar para o encerramento, antes agradecer o Sr.
2253 Comodoro Osvaldo pela cedência deste local, esta estrutura é muito boa.
2254 Muito obrigado em nome de todos. (Palmas).

2255 E, para encerrar, vou propor um minuto para o Aristides e um minuto
2256 para o Pepe, para que a gente conclua então a reunião.

2257 O Sr. Conselheiro Aristides:- Boa tarde a todos. Boa tarde Secretário,
2258 boa tarde população de Pontal, boa tarde litoral paranaense. É um prazer ser
2259 recebido aqui neste momento de democracia e por conta da democracia que
2260 conduz este encontro, e obviamente vocês já perceberam que minha opinião
2261 e minha posição é contrária à posição da maioria de vocês. E eu também
2262 agradeço a oportunidade de poder falar.

2263 O que eu quero dizer é que a democracia se escora sobre dois
2264 princípios, e peço a atenção dos Conselheiros em relação a isso que vou
2265 dizer, participação popular e devido processo legal/estado de direito.
2266 Obviamente as ONGs que eu represento e da qual sou vice-Presidente de
2267 uma delas estão sendo representadas ainda que de forma não paritária.
2268 Entretanto, a lei e o estado de direito não estão sendo respeitados. E falo isso
2269 não porque é minha opinião, falo isso como um alerta aos senhores que
2270 supostamente estão do lado de lá. Se por acaso o pedido de vista não for
2271 respeitado, porque de fato pela deliberação do pleno não foi nos resta a

2272 medida judicial. Ou seja, nós saímos dos quinze dias, mais quinze que vocês
2273 buscavam evitar e entramos numa discussão judicial que pode ser muito mais
2274 demorada. Então, corroborando com o que foi dito agora há pouco, em que
2275 pese opinião divergente, o pedido de vista não se presta a protelar ou a criar
2276 qualquer tipo de chateação. Presta-se a entender o processo. E como existe a
2277 previsão regimental no Artigo 39 e o regimento é o regimento do COLIT e
2278 o COLIT é criado por lei. Nós temos respeitar a lei e se a lei não for
2279 respeitada existe o espaço para mandado de segurança. Eu rogo aos senhores,
2280 em nome dos seus próprios interesses que revejam a questão do pedido de
2281 vista. Vocês vão perder trinta dias, ao invés de perder o tempo de uma
2282 discussão judicial que por certo irá acontecer. Eu peço novamente, eu sei que
2283 vocês estão com vontade de terminar esta reunião do COLIT, mas é algo que
2284 vai respeitar o interesse das cinco entidades que discordam e vai respeitar o
2285 interesse também. E quero dizer também que a gente não tem que ter medo
2286 do papagaio-de-cara-roxa, a gente tem que ter medo do político cara-de-pau.
2287 Esse sim voa alto, voa alto! (Palmas).

2288 O Sr. Presidente:- Ok. Pepe.

2289 O Sr. Conselheiro José Richa Filho (SEIL):- Na verdade é só para um
2290 agradecimento, Bonetti, e fazer uma referência ao que o Prefeito de
2291 Paranaguá disse com relação ao fazer a reunião aqui. Foi valido, é uma
2292 experiência muito boa e é uma obrigação com o litoral também. É importante
2293 fazer as reuniões aqui também, poder contar e parabenizar a presença dos
2294 prefeitos. Isso é muito importante. Você falou bem, geralmente vinham os
2295 representantes. Mas agora vocês acabaram de ser eleitos, a
2296 representatividade de vocês é muito forte, então vocês vieram e exerceram
2297 esse direito. E a cada quatro anos passam por uma eleição. Às vezes têm
2298 gente que reclama dessa questão, mas queria ver se passasse a cada quatro
2299 anos por eleição como se comportaria. É fácil falar quando não se tem que
2300 passar por um pleito eleitoral. Só quem passou por isso sabe o que isso

2301 representa e o peso de representar toda a população de uma cidade. E ter que
2302 fazer frente, as pessoas não esperam, realmente a fome não espera, as
2303 dificuldades não esperam, então vocês têm que fazer as coisas acontecerem
2304 e têm que dizer para a população onde estão as dificuldades.

2305 E a questão da burocracia é importante no Estado, eu sempre defendi.
2306 Eu acho que ela é importante, agora há um exagero de burocracia, né. Nós
2307 temos que prestar contas, para isso a burocracia deveria servir. A primeira
2308 vez, Gobbi, que me foi apresentado o projeto eu fiquei encantado. Eu
2309 confesso a você, eu sou engenheiro de formação, não sou especialista na área
2310 ambiental, não sou também advogado, mas eu vi ali uma oportunidade para
2311 a cidade se desenvolver.

2312 Eu nasci nesse meio público e vivi muito a gestão pública. São
2313 dezenove anos no Executivo e as dificuldades que nós enfrentamos são muito
2314 grandes. Então, quando você vê um projeto como esse, dessa magnitude...
2315 Porque reclamam que o Estado não planeja, então quando você faz um
2316 planejamento um pouquinho maior você também é penalizado por estar
2317 planejando uma faixa como esta, que vai trazer para a cidade uma segurança
2318 muito grande. Hoje você está aqui, e a cidade acaba sendo invadida. Nós
2319 discutimos muito isso, acaba sendo um limitador, ela será um limitador
2320 porque a gente não separa a cidade da própria mata, da preservação, e ela vai
2321 funcionar como limitador. Vai trazer para a cidade mais dignidade para as
2322 pessoas morarem nesta cidade.

2323 Puxa vida, no caminho vindo para cá, você vê o que é essa rodovia,
2324 não pode chamar mais isso de rodovia. Você vê crianças atravessando,
2325 cachorro tentando passar, o carro desviando, é um ônibus escolar que quer
2326 atravessar e não consegue, é o sujeito carregando pneu em um acostamento
2327 que mal dá... O Juliano colocou muito bem a questão do acostamento, que é
2328 fundamental. A primeira vez que eu discuti isso tecnicamente, como me foi
2329 colocado que acostamento é o aumento de capacidade da via e de fato é,

2330 porque quando não tem acostamento para você vai fazer uma ultrapassagem,
2331 se você errar, a possibilidade de morrer é real, você não tem para onde ir e
2332 com o acostamento, pelo menos, você tem por onde escapar.

2333 E também o Glauco colocou aqui que esse é o primeiro passo, e com
2334 o acostamento bem-feito eu ando de bicicleta, você tem a possibilidade de se
2335 afastar um pouquinho mais da rodovia e você pode trafegar com um
2336 pouquinho mais de segurança. Mas eu já tenho pregado muito isso na
2337 Secretaria, que os projetos nasçam também, principalmente nas cidades, com
2338 marginais e com ciclovias. Isso é fundamental, isso é passagem em desnível.
2339 Não dá mais para você ter passagem em nível.

2340 Então, só para parabenizar. Eu fiquei muito satisfeito em poder
2341 participar deste projeto e discutir a faixa de estrutura. Obrigado. Parabéns a
2342 todos que participaram deste dia de hoje. (Palmas).

2343 A Sra. Conselheira Miriam Gomes Leite da Silva (CAU):- Apesar de
2344 discordar de muitas coisas dos nossos colegas ambientalistas, eu sou
2345 obrigada a concordar com uma coisa: o Conselho tal qual ele está realmente
2346 não tem sentido. Faz muito mais sentido estarmos discutindo essas coisas
2347 antes desse ponto. Quando eu fui chamada para participar de Câmara
2348 Técnica, eu achei que foi muito mais interessante, eficiente, do que trazer
2349 uma coisa aqui que já está decidida, para a gente só avaliar. Respeitando os
2350 técnicos, com certeza são os que mais analisam processos, tenho certeza
2351 disso, não tenho dúvida disso, mas deveríamos ter sido chamados antes,
2352 assim como eu fui chamada antes em outros processos, e vou quantas vezes
2353 for necessário. Acho que é muito mais interessante que sejamos
2354 participativos nas análises, porque depois que está aqui com parecer
2355 técnico... O IAP é suficiente para dar um parecer técnico, mas para quê ele
2356 quer nossa opinião? Só para dizer: “Ah, está bom!” Eu acho que isso também
2357 não é certo. O COLIT do jeito que está, perde a função.

2358 O Sr. Presidente:- Ok. Chegamos ao final da reunião e com um ponto
2359 que é consenso. O prefeito e Presidente da Amlipa sabe, alguns meses atrás
2360 discutimos uma pauta exatamente como citei antes, através do COLIT,
2361 discuta especificamente o que estamos discutindo hoje. É indispensável, é
2362 necessário, eu vejo o COLIT reforçado atuando aqui no litoral junto com a
2363 sociedade bem representada, além logicamente dos Conselheiros. E nós, em
2364 breve, muito em breve, prefeito e Presidente da Amlipa, vamos anunciar, o
2365 Governo de Estado vai anunciar um programa onde vai ser debatido
2366 profundamente com a sociedade um programa regional de desenvolvimento
2367 integrado e realmente neste caso estaremos cumprindo com o papel geral do
2368 COLIT. Ok?

2369 Muito obrigado. Um abraço a todos. (Palmas).